



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Mesa-Redonda	REUNIÃO Nº: 0459/18	DATA: 05/06/2018	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 17h27min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - CEO da Confederação Brasileira de Atletismo — CBAt.
JORGE BICHARA - Diretor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil.
CARMEM DE OLIVEIRA - Atleta olímpica.
WLAMIR MOTTA CAMPOS - Diretor Jurídico da Associação Desportiva Atletismo Brasil — ADAB.
MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Presidente da Federação Norte-rio-grandense de Atletismo.
ISMAR BARBOSA CRUZ - Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União — TCU.
PAULO CÉSAR DA COSTA - Responsável pela Equipe de Atletismo da Fundação de Esportes de Campo Mourão.
ARNALDO OLIVEIRA - Atleta Olímpico e representante da Atletas pelo Brasil.
FERNANDO FRANCO FERREIRA - Representante do Centro de Estudos de Atletismo.
ANDRÉ DOMINGOS - Atleta Olímpico.

SUMÁRIO

Debate sobre a atual situação da Confederação Brasileira de Atletismo e o futuro da modalidade.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve participação por telefone.
Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Nesta audiência, em que faremos uma mesa-redonda, lembro que todos terão a oportunidade de falar e de registrar a suas opiniões. Tendo em vista a falta de espaço para todos à mesa, alguns convidados ficarão dispostos na nossa primeira fila. Sintam-se como se estivessem sentados à mesa oficial.

Quero, desde já, agradecer aos nossos convidados a presença e anunciar os seus nomes.

Convido para compor esta Mesa o Sr. Martinho Nobre dos Santos, CEO da Confederação Brasileira de Atletismo — CBAt; o Sr. Jorge Bichara, Diretor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil; e a Sra. Carmem de Oliveira, atleta olímpica. Todos nos honram muito com as suas presenças aqui na nossa reunião.

Quero registrar a presença também do Sr. Raimundo da Costa Santos Neto, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento, que está chegando; e do Sr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto, do Tribunal de Contas da União, que já é nosso assíduo frequentador desta Comissão.

Quero cumprimentar o Sr. Arnaldo Oliveira, atleta olímpico e representante dos atletas do Brasil, muito obrigado pela sua presença; o Sr. João Sena, treinador de atletismo; o Sr. Gianetti de Sena Bonfim, Presidente do Centro de Atletismo de Sobradinho; o Sr. Paulo César da Costa, responsável pela equipe de atletismo da Fundação de Esportes de Campo Mourão; o Sr. Wlamir Motta Campos, Diretor Jurídico da Associação Desportiva Atletismo Brasil — ADAB, muito obrigado pela sua presença; a Sra. Maria Magnolia Souza Figueiredo, Presidente da Federação Norte-rio-grandense de Atletismo — seja muito bem-vinda; e o Sr. Fernando Franco Ferreira, representante do Centro de Estudos de Atletismo.

Informo também que convidamos para participar desta mesa-redonda várias outras entidades, como a Caixa Econômica Federal, o Sr. Joaquim Cruz, atleta olímpico, e vários outros, que justificaram a sua impossibilidade de comparecer por outros compromissos já assumidos anteriormente, a quem nós agradecemos pela gentileza de nos enviar a justificativa.



Antes de passar às exposições, desejo informar as regras da condução do trabalho desta mesa-redonda, de acordo com o nosso Regimento Interno.

Cada debatedor deverá limitar-se ao tema em debate, que disporá de 5 minutos para as suas preleções iniciais, não podendo ser aparteado. Após as exposições iniciais, serão abertos os debates para todas as pessoas interessadas.

Comunico também que esta mesa-redonda está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular, através de perguntas dirigidas a esta Comissão, a todos os membros ou aberta ao público em geral.

Feitos os esclarecimentos iniciais, eu passo a palavra ao Sr. Martinho Nobre dos Santos, para fazer as suas considerações.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Boa tarde, senhoras e senhores.

Inicialmente, nós gostaríamos de agradecer à Comissão o convite. Infelizmente, o presidente da Confederação, por estar no exterior, não pôde comparecer a esta reunião. Nós consideramos da maior importância esta oportunidade de a Confederação estar na Câmara dos Deputados para expor não só os seus problemas, mas também a situação atual e tudo o que tem sido feito.

A Confederação está com o funcionamento absolutamente normal. Nós tivemos um problema sério com o gestor anterior, que renunciou. Muitos dos problemas advindos disso ainda estão em fase de investigação, eu diria assim — não sei se esse é o termo. Nós temos inquéritos administrativos em andamento, nós temos auditorias externas em andamento analisando os fatos.

Nós sabemos que, às vezes, a comunidade de atletismo acha que a resposta é instantânea, mas ela não é bem assim. Para tudo, nós temos prazos legais, temos que aguardar uma série de situações. As coisas não acontecem na velocidade em que nós gostaríamos, mas estamos aqui à disposição para esclarecer tudo aquilo que temos feito, as ações da atual diretoria da Confederação, especialmente em relação aos problemas encontrados na gestão da entidade.

Como eu disse, ela está funcionando normalmente. Esses problemas se referem a recursos passados. Estamos agora na fase de apuração de responsabilidade, porque isso é muito importante. Nós temos que imputar a responsabilidade às pessoas para que a entidade depois não tenha, ela mesma, essa



imputação e tenha que despender os recursos, que já são tão difíceis para o esporte, para essa finalidade.

Por outro lado, quero dizer que o atletismo brasileiro vive tecnicamente um momento como talvez, há muitos anos, não tenha vivido. Nós devemos ter provavelmente uma das melhores participações, senão a melhor participação olímpica, em Tóquio, em 2020. É uma pena que nós chegamos a isso 4 anos depois, porque o ideal era ter tido essa força no Rio de Janeiro, mas o investimento foi todo para o Rio de Janeiro, que está possibilitando esses grandes resultados técnicos na atualidade e uma grande esperança para 2020.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Martinho.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Bichara para fazer as suas considerações.

O SR. JORGE BICHARA - Boa tarde a todos; boa tarde, Deputado Arnaldo Jordy, obrigado pelo convite.

Para mim sempre será um prazer discutir esportes. Eu hoje estou na condição de Diretor de Esportes do Comitê, e trago, sim, uma informação para V.Exa. A posição do nosso Presidente é sempre a de que, ao ser convidado, o COB esteja presente para debater assuntos relacionados ao esporte, sejam críticas, elogios, sejam construções de novos projetos. Sempre estaremos presentes.

Eu tenho um carinho especial pela modalidade porque a minha origem profissional foi no atletismo. Eu fui dirigente de federação, fui diretor de clube. Então, a minha função hoje, sendo o atletismo o esporte principal do programa olímpico, requer de mim uma atenção especial e uma dedicação para que possamos solucionar os problemas difíceis administrativos pelos quais a modalidade está passando neste momento.

Fiquei feliz em ver pessoas aqui que já conheço há alguns anos e que demonstraram, ao longo das suas carreiras esportivas e administrativas, a capacidade de superar momentos difíceis. E este momento é bastante difícil.

Concordo com Martinho em relação ao bom momento técnico que vivemos, porém existe o risco de questões administrativas influenciarem essas situações. Nós temos que construir um modelo de atletismo que seja compatível com o tamanho e o potencial do nosso País.



Estou disposto a colaborar, fazendo tudo que estiver ao meu alcance, para que o COB participe deste momento de renovação da modalidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Jorge, pelas considerações.

Tem a palavra a Sra. Carmem de Oliveira para fazer suas considerações.

A SRA. CARMEM DE OLIVIERA - Boa tarde a todos.

Agradeço, Deputado Arnaldo Jordy, o convite para estar aqui, pela possibilidade de debatermos os problemas do nosso atletismo e a situação que estamos vivendo. Vou sempre falar pensando nos atletas.

Em relação a este cenário e a tudo que está posto aqui, uma das coisas que eu mais gostaria — estamos falando muito sobre legado — é que o atleta se percebesse como parte da estrutura. Nós sentimos que ele, a pessoa mais importante na composição de toda a estrutura esportiva, muitas vezes está relegado a ser informado das ações que são postas.

Eu entendo que dizem: “*Não, existem espaços*”. Um dia até imaginei que, por meio dos conselhos e de alguns espaços, o atleta teria voz. Mas, passada a minha fase de atleta — e participei dessa estrutura como presidente de federação —, percebi claramente o quanto temos dificuldade em quebrar um sistema que já está posto, no qual as informações são apenas passadas. E, mesmo tendo discussões para modificar essas estruturas, não consegui avançar. Foi o que percebi.

Quando chamamos a Comissão para ajudar de alguma forma o atleta a ter voz dentro dessa estrutura, dentro do sistema desportivo, eu me senti agraciada por participar desta Mesa, por vir discutir possibilidades de o atleta ter, de fato, um espaço de participação efetiva. É isto que estamos buscando aqui: diálogo e discussão. Só tenho a agradecer, neste primeiro momento, a oportunidade que nós atletas temos de discutir a nossa modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Eu faculto a palavra a quem quiser dela fazer uso. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Sr. Wlamir Motta Campos.

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS - Boa tarde a todos e a todas.



Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome da ADAB — Associação Desportiva Atletismo Brasil, esta oportunidade de estarmos na Comissão do Esporte, o órgão máximo de deliberação do nosso País. Toda a política desportiva passa por esta Casa. Então, é uma honra estarmos neste momento tão importante discutindo o atletismo, discutindo a Confederação Brasileira de Atletismo.

Eu gostaria de saudar e de, não poderia ser diferente, agradecer a V.Exa., 1º Vice-Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, por ter apresentado o requerimento para a realização desta reunião. Como Carmem bem disse, esta democratização do atletismo é extremamente importante. É isso que nós buscamos.

O princípio maior da ADAB é o fomento e a democratização do atletismo, que passa pela democratização da Confederação Brasileira de Atletismo e de todas as federações. Mais uma vez, conforme as palavras de Carmem, que nos orgulha muito de ser uma associada da ADAB, é necessário que o atleta seja visto como protagonista, porque ele é o protagonista do esporte.

Então, é extremamente necessário que neste momento, em 2018, século XXI, o poder do esporte, as confederações, as federações entendam a necessidade do empoderamento do atleta e principalmente o respeitem nesse processo.

Eu gostaria de saudar três colegas ilustres.

Carmem Oliveira é seguramente a maior atleta do atletismo brasileiro de todos os tempos: a primeira brasileira campeã da Corrida de São Silvestre; recordista brasileira dos 5 mil metros, dos 10 mil metros, da maratona; campeã da Maratona de Boston; campeã pan-americana. Enfim, é uma referência. Muito nos orgulha ver uma pessoa tão valorosa nesta Mesa. *(Palmas.)*

Aqui ao meu lado está o meu amigo Arnaldo Oliveira: quatro Olimpíadas, medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Atlanta, no revezamento 4 por 100 metros em 1996. É uma referência no esporte, sempre trabalhando no atletismo —atleta, treinador, fisioterapeuta. Merece todo o nosso respeito e carinho. *(Palmas.)*

E Maria Magnolia Figueiredo, uma referência, assim como Carmem, para todos nós: atleta; gestora, Presidente da Federação do Rio Grande do Norte; recordista brasileira dos 400 metros; recordista mundial dos 400 metros na categoria até 40 anos, várias participações olímpicas. *(Palmas.)*

Seguramente, o esporte está muito bem representado.



Eu gostaria de deixar muito claro, Sr. Presidente, senhores convidados, que o assunto é extremamente sério. Nós precisamos discutir não apenas um problema pontual, mas a cultura de que as federações, em sua grande maioria, e a Confederação Brasileira, desde sempre, são absolutamente fechadas.

Eu gostaria de fazer o registro também de que tudo que a ADAB levantou até agora de informações e procedimentos judicializou, porque entendemos que essa é uma obrigação do exercício de cidadania, do exercício de democracia.

Quero agradecer ao Bichara, aqui representando o Comitê Olímpico do Brasil — COB. O Presidente Paulo Wanderley foi extremamente solícito, respondeu a todos os questionamentos feitos pela ADAB. Agradeço o respeito e a deferência. O mesmo ocorreu com o Ministério do Esporte, que também atendeu prontamente a todas as solicitações feitas pela ADAB. Por fim, a Caixa Econômica Federal merece uma salva de palmas, um agradecimento. É a mola propulsora, o combustível do atletismo nacional. Foi extremamente transparente e solícita em todos os questionamentos.

Infelizmente, não posso fazer essa consideração com relação à Confederação Brasileira de Atletismo. O Sr. Martinho, que aqui está, não estava à época, mas sabe disso. A única entidade que não respondeu aos requerimentos de informações da ADAB foi a Confederação Brasileira de Atletismo, a nossa Casa.

Isso é triste e mostra a necessidade de uma mudança profunda não apenas nas pessoas, mas no conceito, na gestão de uma confederação desportiva.

Encerro minhas considerações iniciais por aqui. Na sequência, vamos tratar com mais profundidade do assunto.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sr. Wlamir Campos.

Com a palavra o Sr. Dênis.

O SR. DÊNIS - Boa tarde.

É um prazer enorme estar também presente e fazer parte deste plenário. O esporte brasileiro, como dito, tem que ser democratizado e desburocratizado. Há muita burocracia para os atletas que não participam de equipes nem têm as condições primárias de fazer atividade física. Faço um pedido para desburocratizar, porque, nas



idades mais carentes, às vezes, há pessoas que querem fazer atividades físicas, mas se criam um monte de obstáculos e não se vai a lugar nenhum.

Hoje temos no Brasil a evolução da corrida de rua. Por que a corrida de rua evoluiu tanto? Menos burocracia. A Confederação Brasileira, as federações têm que encontrar um caminho para trazer as pessoas para participar desse time. Mas não é fácil, porque envolve algumas coisas básicas — tênis, *short*, camiseta —, coisas primárias. A Confederação Brasileira e as entidades de cada Estado deveriam buscar alguma forma de ajudar essas pessoas a massificar o atletismo no Brasil.

Nosso País tem uma população enorme, mas contamos nos dedos quantos atletas estão em nível olímpico e mundial. Deveríamos ter muito mais atletas em todas as modalidades, mas, devido à grande burocracia, não conseguimos avançar.

Eu vejo dessa forma. Sou de Ceilândia, onde temos uma estrada longa no atletismo brasileiro, de 40 anos. Temos dado alguns atletas bons para o País, mas não mudou nada. A burocracia continua. Vejo a Câmara falando em desburocratizar as entidades, mas nada disso aconteceu.

Vamos tentar fazer com que o atletismo brasileiro cresça. A corrida de rua evoluiu, está muito grande, conta com a participação de 30 mil, 40 mil pessoas. Mas as modalidades que deveriam ser os carros-chefes do País estão acabando a cada dia porque não há nada a se oferecer ao atleta que vai fazer aquela atividade até em nível nacional e internacional. Faltam algumas alternativas que deem alegria e prazer para aqueles que estão na pista praticando alguma atividade física.

Também há que se ajudar o professor, o técnico, o treinador que está ali todos os dias sem ganhar nada. Ninguém vê isso. E quando o atleta começa a evoluir, ele vai embora porque na cidade de origem não há condição nenhuma e ninguém ajuda o atleta.

Martinho, ajude-nos! Estamos precisando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Com a palavra a Sra. Maria Magnolia.

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Arnaldo Jordy a oportunidade de estarmos aqui discutindo, infelizmente, sobre a Confederação. Esta



discussão foi provocada por um assunto não muito bom para todos nós que fazemos o atletismo, mas acho oportuno, porque, talvez, a partir daí tenhamos outra construção dentro do desenvolvimento dessa modalidade. Temos outras entidades que podem vir somar, a própria ADAB, os clubes, os atletas.

Complemento não somente a fala de Carmem, como a de Wlamir, de que precisamos valorizar todos os atores, porque todos têm suas funções dentro dessa construção. Cabe a cada um assumir suas competências e construir coletivamente, para que essa modalidade possa ser desenvolvida no País, e não centralizada. Que as informações cheguem até mesmo a um pequeno clube, como nosso amigo acabou de dizer, que muitas vezes não tem a informação.

Que possamos sim ter essa modalidade reconstruída, para que todos possamos nos sentir inseridos no atletismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Vamos ouvir o Sr. Ismar, do Tribunal de Contas da União.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy o convite. Cumprimento todos os convidados e faço uma saudação especial aos atletas aqui presentes na pessoa de Carmem de Oliveira, para quem muito torci durante seu período de atividade.

O Tribunal de Contas da União se sente honrado em participar deste debate. É de conhecimento de todos que o Congresso Nacional é o titular do controle externo que é exercido pelo TCU. Então, o TCU é um parceiro do Congresso. E esta Comissão é exemplar, em termos de parceria com o órgão de controle. Esse órgão de auditoria é muito conhecido pelos apontamentos que faz e, às vezes, até pela punição que aplica. Mas é importante pautar e não deixar dúvida de que o grande objetivo do órgão de controle é contribuir para que as instituições que geram recursos públicos tenham sucesso nessa atividade.

Estamos num debate muito auspicioso e, espero, frutífero, ao discutir o futuro de uma modalidade que tantas glórias deu para o País. Como não nos lembrarmos de Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, Carmem de Oliveira e tantos outros que brilharam? Como não falar de uma modalidade que tem, mais do que qualquer outra, imagino, as condições ideais para ser desenvolvida num país com as dimensões do nosso, com o biótipo brasileiro e com a facilidade e o custo baixo de sua prática inicial?



Nesse contexto, o TCU se une a este debate, Deputado. Fiz um conjunto de apontamentos e registros para apresentar aos senhores, se houver oportunidade. Mas, a rigor, a primeira mensagem é dizer que o TCU está muito comprometido em melhorar a governança das entidades do Sistema Nacional do Desporto. A Confederação Brasileira de Atletismo é uma entidade fiscalizada por nós, e vem sendo fiscalizada. Vimos acompanhando, assim como todas as outras.

Recentemente, fizemos um trabalho abrangente, já falado na Comissão, que nos preocupou bastante pelo nível de desgovernança das ações. Eu me refiro ao conjunto delas. O TCU continua se dispondo ao diálogo para aperfeiçoar essa política que para muitos talvez passe despercebida. Mas o alto rendimento tem um papel importante numa política pública na área de esporte. Ele é inspirador, é motivador, embora isso se deva à consequência e não à motivação original da política pública.

Vou ficar por aqui. Vamos acompanhar o debate e, se possível, apresentar algumas informações adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor já pode apresentá-las, se for oportuno.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Vou fazer de forma rápida. Preparei algumas informações, em homenagem a alguns atletas brasileiros que muito nos honram.

Eu queria pontuar que o TCU tem uma atuação na área do esporte que passa pela gestão do próprio Ministério do Esporte, como é sabido, mas que alcança a utilização dos recursos geridos por todas as entidades do sistema, avaliando sua aplicação quanto à conformidade com a lei ou mesmo ao seu desempenho.

Nesse particular, destaco a aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva. Esse é um desafio diferente para o TCU, é importante frisar. A Lei Agnelo/Piva estabelece um modelo de transferência automática de recursos públicos para entidades privadas de forma constante, perene. Então, é o grande desafio.

Tenho dialogado muito com o COB, com as confederações, no sentido de ajudar a estabelecer os princípios que norteiam a gestão de recursos públicos. São entidades privadas e precisam se adaptar à gestão de recursos públicos. Amanhã falaremos aqui de patrocínios.



Por falar nisso, o patrocínio da Caixa Econômica Federal ao atletismo foi objeto de análise nossa. Não vou poder apresentar os resultados, porque o trabalho não foi apreciado, mas algumas abordagens vou fazer amanhã.

Nós fizemos um conjunto de auditorias em várias confederações e nos três comitês principais. A Confederação Brasileira de Atletismo foi objeto também de um trabalho específico nesse conjunto, gerando um acórdão, uma decisão do Tribunal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vários foram os aspectos avaliados no conjunto das confederações e dos comitês. São divididos em sete pontos, aos quais não vou me deter, pela falta de tempo. Quero pontuar aquilo que foi percebido como oportunidade de melhoria à época para a Confederação Brasileira de Atletismo.

Um dos principais pontos é a ausência da garantia de participação de atletas na direção da confederação, não apenas na assembleia geral — na direção da confederação. Estou me reportando a um momento anterior. De lá para cá, algumas ações foram adotadas. Estamos no momento de monitorar e avaliar o que foi feito tanto pelo Ministério do Esporte quanto pelas confederações.

Houve também uma constatação sobre remuneração a dirigente da Confederação em limite superior ao previsto na legislação.

Um problema comum foi a manutenção de uma conta bancária única para a movimentação de recursos de diversos projetos. Isso dificulta bastante o controle dos gastos e nos impede avaliar os resultados de cada projeto. Enfim, isso foi objeto também de uma sugestão, de um apontamento.

Por último, há alguns planos de trabalho que não possuem o detalhamento mínimo para a identificação do que viria a ser executado naqueles projetos e tampouco os preços contratados, estipulados, etc.

Como resultado desse trabalho, o Tribunal teve dois encaminhamentos. Primeiro, determinou ao Ministério do Esporte que apresente um plano de ação para sanear os problemas verificados em todas as confederações, inclusive na Confederação Brasileira de Atletismo. Esse plano foi apresentado. Estamos fazendo o que chamamos de monitoramento, a avaliação do que foi feito, para ver se atendeu à determinação.



Eu queria destacar, aproveitando esta oportunidade — escolhi para refletirmos hoje —, que um dos apontamentos feitos em várias confederações — também foi endereçada ao Ministério a solução — é uma necessidade de transparência da gestão desses recursos.

Eu costumo dizer que foi uma oportunidade única termos dialogado muito com a Comissão a alteração da lei. A própria estrutura das organizações dá o que chamo de choque de transparência na gestão desses recursos públicos. Não pode haver dúvida em que e com quem foram gastos, o que e a quem foi pago. Para isso, foi sugerida a publicidade, no portal das instituições, na Internet, de todas as compras e contratações feitas com recursos da Lei Agnelo/Piva, de maneira a que qualquer cidadão, e não apenas o órgão de controle, pudesse avaliar o que e de quem foi comprado, qual o preço unitário, em que quantidade e qual a finalidade.

Nós estamos com a equipe em campo fazendo o monitoramento e constatamos que, no caso, a Confederação Brasileira de Atletismo ainda não disponibiliza esses dados no seu *site*. Fica a sugestão. Estou me referindo à Confederação, porque é hoje o objeto do debate, mas a maioria das confederações não tem mostrado isso para o cidadão. Para nós, é fundamental a transparência. Vai ser um passo bem dado na direção da governança.

Quando falamos de controle, nós prezamos por isso. A rigor, o que nós queremos é, como eu disse no início, contribuir para o aumento da eficiência na atuação do sistema como um todo.

Nós temos a competência legal de auditar desde o Ministério do Esporte, os comitês, as confederações, enfim, todos que recebem recursos públicos. No nosso grande propósito, e, posso dizer, em parceria com o Congresso, vimos tendo sucesso, ainda que parcialmente, ainda que não tenhamos concluído esse processo no aperfeiçoamento dos mecanismos de governança dessas instituições. Isso é perceptível.

Nós queremos ver no futuro as confederações e o esporte olímpico brasileiro nas páginas de esporte e não nas páginas policiais, como vimos recentemente.

Reiterando o que mencionei no início, é importante dizer que a ideia de controle do Congresso e de todos nós — eu acredito, tenho certeza de que estamos do mesmo lado — é contribuir para a efetividade dessa política pública, melhorar os resultados



— e vou me dedicar e me referir especialmente a esta modalidade tão preciosa para o Brasil, tão gloriosa e merecedora de atenção —, para que o atletismo brasileiro possa realmente ter esse frescor, essa recuperação, esse rejuvenescimento, essa nova perspectiva que Martinho aqui anuncia, que será muito bem-vinda.

Com esse propósito, quero me colocar à disposição.

Peço desculpas pelo tempo, mas eu quis fazer este registro para todos, colocando o Tribunal de Contas da União, a minha pessoa e a minha equipe à disposição de todos os atletas, dirigentes, enfim, de todos os membros do Sistema Nacional do Desporto.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Ismar, pelas considerações.

Eu passo a palavra ao Sr. Paulo César da Costa.

O SR. PAULO CÉSAR DA COSTA - Boa tarde a todos.

Obrigado pelo convite.

Sobre tudo que está acontecendo no atletismo brasileiro, eu tenho uma colocação a fazer como treinador de base. Uma das coisas que nós treinadores de base sempre defendemos é uma aproximação da CBAT. Hoje existe o alto nível e o rendimento lá embaixo. Não existe um caminho entre os dois. Infelizmente, poderiam se unir todos eles e ter um atletismo totalmente diferente no Brasil. Existe um lá em cima e um lá embaixo. Não existe a condição do meio ou o caminho correto de cada atleta ir para o alto nível.

Martinho disse que em 2020 poderemos ter umas coisas melhores no atletismo. Se isso estivesse acontecendo há muitos anos, o nosso atletismo seria uma das maiores potências olímpicas. Não só uma medalha por Olimpíada nós ganharíamos, mas 10 ou 15 medalhas. Infelizmente, isso não existe.

Uma das coisas que quero que aconteça, a partir agora, quando estamos falando do futuro do atletismo brasileiro, é que haja uma interação melhor entre a CBAT, principalmente na base, construindo uma base melhor, havendo união entre a base e o alto nível, havendo uma linha correta, igual para todos no País inteiro. Que a mesma coisa que um atleta de 14 anos faz no Acre, em salto em distância, seja feita no Rio Grande do Sul. Que tenhamos uma pedagogia igual e trabalhemos igual, para



construir um atletismo melhor. Cada um trabalha de maneira diferente, sem condições, porque trabalha a partir das condições que tem na sua cidade.

Às vezes pedimos uma instrução ou um esclarecimento para certos treinadores de alto nível. Mas eles, infelizmente, se negam a ajudar. Que a CBAT seja uma gestora e trabalhe nessa função. Assim, tenho certeza de que vamos mudar o atletismo brasileiro.

Foi criada uma expectativa muito grande sobre os centros olímpicos que iam ser construídos no Brasil. Campo Mourão, minha cidade, ia ser beneficiada. Criaram uma expectativa muito grande em relação a isso. Inclusive um membro da CBAT visitou a cidade no ano passado. Os órgãos de imprensa do nosso Município divulgaram maciçamente. Depois, ficam perguntando: *“Paulinho, o que aconteceu para que não se continuasse isso?”* *“Por que não vieram mais aqui?”* O que aconteceu com aquele investimento ou com aquela forma como a CBAT ou o Ministério iam trabalhar? Então, foi criada uma expectativa muito grande, repito, houve um ânimo muito grande no atletismo, principalmente na base, e depois eu não sei o que aconteceu. Como Martinho disse, muitas coisas estão sendo investigadas.

Nós gostaríamos que isso fosse colocado bem a fundo — Ismar já mostrou algumas coisas — e que o atletismo pudesse caminhar melhor, principalmente na base, cuidando das crianças que são talentos. A CBAT sabe quem trabalha, sabe quem são os atletas que podem representar o Brasil daqui a 5 ou 10 anos. Que haja alguém lá dentro que trabalhe com seriedade nessas condições. Eu já vi Martinho defendendo isso várias vezes. Quero que defenda e consiga cumprir isso no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Paulo.

Vou passar a palavra ao Sr. Martinho e, depois, ao nosso atleta olímpico Arnaldo Oliveira.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Eu peço desculpas. Como vários falaram, anotei algumas coisas para tentar responder. Vou tentar ser conciso.

Dênis, sobre burocracia, a legislação brasileira prevê que o esporte é feito em clube, que forma federação, que forma confederação. Isso foi estabelecido no Estado Novo, com o Sr. Getúlio Vargas, e até hoje a lei é baseada nisso.



O que chamamos de Lei Pelé, na verdade, desculpe-me, é uma colcha de retalhos, porque o Ministério baixa uma portaria que muda uma lei aprovada no Congresso. Às vezes me parece estranho que uma portaria tenha mais força do que lei. Na verdade, ela se tornou uma colcha de retalhos porque o objetivo principal sempre, na legislação esportiva, é atacar o futebol e a Confederação Brasileira de Futebol. Essa é a realidade de todos. E não se consegue porque a CBF tem uma forma de agir diferente, não utiliza recursos públicos. Então, ela não é atingida.

Essas mudanças legais atropelam as confederações menores. Se a própria CBAT, que se encontra numa situação confortável, com o patrocínio da Caixa, com tudo, tem problemas para cumprir as normas, imagine uma confederação, que tem um pouquinho da Lei Agnelo/Piva somente para funcionar.

Nós sabemos dessa burocracia. O objetivo estatutário da confederação é alto nível. Fomos nós que criamos isso, na verdade, para fazer a melhor representação internacional do Brasil e organizar, da melhor maneira possível, os eventos nacionais.

O que falta ao País é política de esporte na escola. Não vou bater nessa tecla porque os senhores sabem: não temos nem educação física nem esporte na escola. Os países mais desenvolvidos têm mais praticantes porque a criança, desde a escola, tem atividade esportiva, tem atividade cultural. Essa é uma coisa que o Brasil relega a segundo plano. Se você não criou esse hábito, vai ser muito difícil convencer o garoto desta geração do celular, do *tablet*, a sair de casa para correr. Vai muito difícil mesmo.

O *boom* da corrida de rua se deu por duas situações: uma, porque as pessoas descobriram que é bom para a saúde — tenho que cuidar da saúde, preciso correr — ; outra, porque existe um grande número de eventos, e esse é um apelo muito bom para patrocinadores e uma coisa que corre solta, não tem a amarração de ter que estar num clube, de ter que estar registrado — toda essa burocracia de que se fala.

Eu não sei, sinceramente, qual seria a solução. Na Confederação, trabalhamos na linha de tentar digitalizar tudo isso para ver se o papel some. Nós fazemos as coisas mais por computação, por Internet. É um pouco complicado porque, de repente, qual é o valor legal de uma assinatura? Você tem assinatura digital ou não tem? Então, não é uma coisa simples.



Quanto ao TCU, sabemos desse seu trabalho. Eu me lembro de que praticamos lá. A transparência é um problema na Confederação. O que ocorre? O nosso *site* na verdade já é muito grande, é quase um portal. Por coincidência, amanhã receberemos duas empresas para fazer uma nova formatação.

A governança, até então, do que eu via na Confederação — eu não estava na sede, estava no interior de São Paulo —, era um conjunto de papéis: o TCU quer que coloque o balanço, coloca o balanço; quer que coloque a ata da assembleia, coloca a ata da assembleia. Mas essa não era uma ação que as pessoas queriam fazer. Não havia a intenção de deixar isso claro, de cumprir o espírito de se dar essa divulgação. Faz porque a lei exige. *“Se eu não colocar lá, eu não recebo o dinheiro”*. Era mais ou menos nessa linha. Era um “copia e cola” de documentos de outras confederações. Já encontrei algumas inclusive que mantiveram a sigla da outra que foi copiada porque não revisaram bem.

Isso tudo nós estamos vendo. O problema é que, nesta ascensão nossa, o grupo de trabalho ainda é pequeno. E nós estamos enfrentando todos os problemas da Presidência anterior para resolver. Isso acumulou muito. O que nós já fizemos, e até comentei com Wlamir? Já reduzimos o custo mensal da Confederação em 28%, com revisão de contratos, com demissões — mas com algumas contratações. Aquela pessoa essencial não era contratada porque havia alguém lá que era supérfluo contratado. Mas isso já é significativo da receita.

Nós estivemos numa reunião da Caixa Econômica Federal — ela nos chamou —, Deputado, para explicar todo esse imbróglio. Ela é a principal patrocinadora e, é claro, não gosta. Como ela diz, não é intenção da Caixa receber pedido de informação com base na Lei de Acesso à Informação, etc. Ela quer receber retorno de patrocínio que dá. A Caixa conseguiu um grande resultado.

Uma das coisas que fizemos recentemente foi contratar um novo sistema de gerenciamento financeiro da CBAT, que é a empresa TOTVS, a mesma que gerencia o COB. Isso vai facilitar muito o controle do conjunto dos recursos da Lei Agnelo/Piva e possibilitar uma mudança total do gerenciamento econômico-financeiro da CBAT, porque são vários sistemas que não se falam. Então, você faz uma coisa no RH que depois impacta em outra situação, só que o sistema não sabia, o financeiro não sabe daquilo. São coisas de que tomamos conhecimento agora. Então, qual é a forma?



Qual é o melhor? Qual é o que o Comitê Olímpico usa? É este? Vamos contratar este. Só que são 4 meses para implantar, para treinar pessoal, para desativar o anterior. A velocidade não é a que nós queremos.

Quanto ao comentário de Paulinho, o Presidente da CBAT anunciou que criaria duas comissões, como houve no passado: uma de treinadores de seleção de adultos e sub-23 anos e outra de sub-20, sub-18, para quem trabalha na formação, para fazer a interação. Só que essa interação de treinar, como começo, a iniciação em Porto Alegre ser igual à de Manaus, passa por um problema muito grande que foge completamente à Confederação, ao Ministério de Esporte: o profissionalismo do treinador. Nós tivemos dificuldades até hoje porque um treinador não aceita o que o outro faz. Todo mundo sabe tudo, quer descobrir o garotinho com 14 anos de idade e levá-lo até que seja campeão olímpico. Às vezes, o seu conhecimento, a sua capacidade leva até um ponto; a partir dali, outro tem que levar.

O que tem que se fazer — acredito que era a isso a que Dênis e Paulinho se referiram — é que aquele que iniciou faça parte do processo até o final, e não apareça aquele treinador que está na arquibancada das Olimpíadas, com a câmera da televisão mostrando como se ele tivesse feito o atleta. Esse é um mistério, eu diria, talvez, de todos os esportes individuais, não só do atletismo. No coletivo é mais fácil porque você convoca uma equipe.

A última consideração é quanto à Rede Nacional de Treinamento de Atletismo. Esse, Deputado, era um convênio, no SICONV, entre a confederação e o Ministério do Esporte. Esse convênio previa a instalação de dois centros nacionais de treinamento, quatro centros regionais e oito centros locais, não é isso?

O SR. ARNALDO OLIVEIRA - São dois nacionais, dois regionais.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Dois regionais. Mas, na primeira concepção mesmo, eram quatro regionais, e aí reduziram para dois.

Houve um repasse para a CBAT, nesse projeto, que não foi do valor total do convênio, que era de 26 milhões de reais. A confederação recebeu 16 milhões de reais — não tenho os números exatos, mas foram 16 milhões de reais e alguma fração.

O que ocorreu? Foi implantado um centro nacional de treinamento no Rio de Janeiro, nas instalações da Aeronáutica, e um centro nacional em São Paulo, em



Bragança Paulista, onde a CBAT adquiriu o antigo centro de treinamento de um clube para colocar a sua sede própria.

Ocorre que esse projeto foi elaborado no antigo Governo Federal, no Governo da Presidente Dilma Rousseff, quando era outro Ministério, eram outras pessoas. Com a troca da Presidência e evidentemente a troca de Ministérios, o novo Ministério informou que não tinha interesse na continuação da rede. O projeto não era de interesse deles. Então, esse já foi um primeiro problema que nós tivemos. Eu digo “nós”, porque, embora não estivesse à frente disso, as pessoas da confederação tiveram esse problema.

O que foi feito? Os recursos foram repassados, foi feito um plano para estender o projeto. Eles disseram: *“Vocês receberam 16. É o que tem. Nós não vamos repassar o restante”*. Nesse momento, fez-se uma readequação do projeto, dentro do SICONV — o que não é muito fácil, mas foi feito —, que o levaria até março de 2019. Isso foi apresentado ano passado. Mas as informações que nós temos são de que o Ministério nunca deu o.k. Na verdade, hoje sabemos que o Ministério já havia dado claros sinais para a confederação de que, ao final do convênio, ele denunciaria o convênio e não seguiria com o projeto.

Apenas como registro, desses 16 milhões de reais, foram devolvidos ao Ministério 11 milhões e 600 mil reais, ou seja, os recursos voltaram para o Ministério. Esses recursos possibilitariam que o projeto seguisse, porque iriam ser implantados dois centros regionais, e alguns dos centros seriam implantados com esses recursos. Mas, infelizmente, às vésperas do carnaval, o Ministério publicou no *Diário Oficial da União* a denúncia do convênio. Ele fez isso propositadamente na véspera do carnaval, para que o impacto não fosse grande.

Nós tivemos que fazer a demissão de todos os funcionários dos centros, inclusive do centro regional, que era em Natal. Havia funcionários recém-contratados que já tinham se mudado para Natal. E eles não chegaram a receber o primeiro pagamento, porque o projeto se encerrou. Essa foi uma situação extremamente desagradável.

Então, a realidade da rede é esta. É claro que, quando você cria uma expectativa e não cumpre, é difícil explicar isso.



Eu vou explicar para vocês essa rede. Ela é um dos projetos que está dentro do contrato da Caixa Econômica Federal. Esse contrato da Caixa goza de confidencialidade, mas, para vocês saberem, ele elenca vários programas que a CBAT tem que cumprir. Hoje há uma diferença. No passado, a Caixa tinha valores determinados e hoje ela estipula os valores. Mas ocorre que você tem que cumprir o que está no contrato. Então, há um programa da Caixa para a Rede Nacional de Treinamento. Nós vamos ter que criar uma rede.

E justamente estamos negociando para utilizar os centros que já têm apoio local da Caixa como polos — isso está em formatação. O Comitê Olímpico também está nos ajudando. Ele nos ajudaria na implantação do centro nacional em Bragança, para fazermos esse centro subir. Então, isso não está de todo morto. Essa é só uma explicação inicial do que foi falado.

Só para completar, o Wlamir foi atleta também. Ele disputou o campeonato sul-americano de arremesso de peso pelo Brasil (*palmas*). Eu o conheci com apenas 14 anos, 15 anos. Aliás, todos aqui já viajaram comigo em delegações, porque eu sou dirigente desde os 17 anos de idade. Eu optei por isso, já que eu era um pseudoatleta. Eu dizia: “*Esse negócio é muito bagunçado*”. Então, eu atuava mais na organização de eventos, nas competições em si. Até hoje, na confederação, foi isso o que mais fiz. No período da gestão anterior, embora eu fizesse parte dela, eu estava no Rio de Janeiro porque dirigi o atletismo dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos. Então eu fiquei no Rio de Janeiro, não estava na sede. E quando retornei a São Paulo, me disseram: “*Agora você vai para Bragança para implantar o centro*”. Mas prezamos todos aqui, são velhos amigos.

O SR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - E com um detalhe: foi recordista brasileiro do arremesso de peso.

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS - É, na época do sul-americano juvenil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tem a palavra o Arnaldo Oliveira.

O SR. ARNALDO OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Inicialmente, quero agradecer a vocês pelo convite e parabenizar por organizarem este evento tão importante para o nosso atletismo.



Eu ouvi todos falarem e prestei bastante atenção. Ouvi agora a última fala do Martinho, da Confederação Brasileira de Atletismo, e fazendo um gancho com o que ele falou do centro de treinamento, eu fui um dos treinadores da equipe de velocidade. Estive lá desde o começo e apenas saí porque tive que me capacitar. Eu tive que fazer uma escolha, uma escolha dura, entre o centro e a minha capacitação. Então, preferi sair do centro e me capacitar, quando fiz o Curso Avançado de Gestão Esportiva no Comitê Olímpico do Brasil.

Mas eu estive presente no centro de treinamento lá no Rio por um bom tempo e vi o quanto esse centro, que foi o primeiro, foi importantíssimo para a evolução dos atletas. Hoje, infelizmente, ele não existe mais, e nós estamos passando por momentos muito difíceis no Rio de Janeiro. Não há clubes, nós sabemos disso. Os atletas não recebem, os treinadores também não recebem. E, com a ausência do centro de treinamento, isso piorou mais ainda, porque a maioria dos brasileiros que praticam atletismo são humildes, pobres. Inclusive, perderam a alimentação, que era fundamental para aqueles que treinavam de manhã e estudavam à tarde, ou vice-versa.

Infelizmente, com o fim dos dois centros de treinamento, no caso, do Rio de Janeiro e de Bragança Paulista, vários profissionais importantíssimos ficaram desempregados e muitos atletas desamparados. E neste momento do cenário político e econômico por que passamos, nós temos que devolver, como o Martinho falou, 11 milhões de reais, ao invés de conseguir mais 11 milhões de reais, para fazermos um trabalho mais forte e investirmos mais nos treinadores e nos atletas, para que possamos, no futuro, trazer medalhas. Não podemos deixar esse tipo de coisa acontecer.

Então, Martinho, eu disse ao Warlindo, nas reuniões que antecederam a nossa assembleia, que nós estamos votando em você, apoiando você, mas espero que, daqui para frente, a confederação venha somente com a verdade. Tanto é que, quando falamos no seu nome — posso falar isso para todo mundo —, os 13 medalhistas olímpicos que estavam presentes foram unânimes quanto à indicação do seu nome para o cargo que você tem hoje. Por quê? Pelo conhecimento que você tem dentro da confederação, pelo conhecimento que você tem das regras todas do atletismo, tanto nacional quanto internacional. E você sabe como ninguém do que



realmente o atletismo precisa para voltar a crescer, para sair dessas denúncias que vem ocorrendo desde alguns anos atrás e que foram extremamente prejudiciais.

Concordo plenamente com você quando diz que estamos passando por momentos técnicos maravilhosos. Mas não adianta só ter momentos técnicos maravilhosos se a nossa entidade, que é a Confederação Brasileira, está arrolada em denúncias. Isso afasta possíveis patrocinadores e traz desconfiança não só para o atletismo, mas também para o nosso esporte — hoje, aqui, eu não estou representando só os Heróis Olímpicos, mas também o grupo Atletas pelo Brasil.

Precisamos de transparência, como o Ismar colocou ao falar sobre governança corporativa. Recentemente, no Curso Avançado de Gestão Esportiva, o tema da minha monografia foi *Governança corporativa*. Se não tivermos transparência, não iremos para frente.

Então, eu espero que, daqui para frente, a partir de hoje, desta mesa-redonda, consigamos ter transparência, que juntos consigamos colocar o atletismo no seu posto máximo e trazer, já em 2020, não só uma medalha, mas, sim, mais medalhas. Espero que deixemos essa questão de escândalos de lado e tragamos mais resultados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, meu xará. Parabéns!

Wlamir, você quer fazer mais uma complementação?

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS – Sim. Eu gostaria de complementar e, inclusive, aprofundar um pouco mais o propósito desta audiência. Vou fazer algumas considerações com relação ao Dr. Ismar. É uma alegria! O Ismar Barbosa Cruz tem que gostar de atletismo. Olhem o sobrenome: Barbosa Cruz.

Faço aqui uma saudação aos meus amigos Zequinha Barbosa e Joaquim Cruz, que estão nos acompanhando pela Internet: o Joaquim Cruz em San Diego, e o Zequinha Barbosa em Davis, ambos na Califórnia. Eles estão extremamente preocupados com esse assunto, comprometidos que são com o atletismo e sabedores da sua responsabilidade por serem referência no nosso esporte.

Com relação às colocações do Dr. Ismar, eu gostaria de deixar claro que, infelizmente, a governança da CBAT era tão equivocada, que ela descumpria, assim como continua descumprindo, as determinações do Tribunal de Contas, achando que não era obrigatório cumpri-las. Houve esse acórdão que o Dr. Ismar citou agora, que



é de 2006. Depois disso, a CBAT já atualizou o seu estatuto e, mesmo assim, não incluiu as determinações do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas fez uma investigação brilhante, aprofundada, consultou todos. A SECEX, em São Paulo, esteve na Confederação Brasileira de Atletismo. Foram feitos questionamentos, indagações, todos respondidos de forma absolutamente equivocada, cujos argumentos não convenceram o Tribunal de Contas. Mesmo assim, o estatuto não foi atualizado e hoje, em junho de 2018, ainda segue descumprindo determinações do Tribunal de Contas.

Uma dessas determinações, o Dr. Ismar bem citou, é a obrigatoriedade de haver atletas na direção da entidade. Não há e não houve. Como eu disse, há 2 anos esse acórdão foi publicado. Então, é necessária uma recomendação. Uma sugestão que faço, também com um agradecimento, ao Tribunal de Contas é que mantenha mesmo essa força-tarefa e, se possível, coloque uma força impositiva nisso, de tal forma que, obrigatoriamente, ou se cumpra ou se responsabilize quem a descumpra. Acho importante que isso seja dito.

Com relação às atribuições da CBAT, o Martinho diz, e eu já ouvi vários dirigentes dizerem, que o papel da CBAT é o rendimento. Não! Não é! O estatuto da CBAT, em seu art. 9º, dispõe que a Confederação tem por finalidade administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar no território brasileiro a prática do atletismo, em todos os níveis.

É importante que nós tenhamos consciência da obrigação da CBAT de fomentar. A CBAT não é a dona do atletismo, ela é a responsável pela organização do esporte.

Quero fazer mais um registro. Estava pensando nisso ontem, em fazer uma homenagem. O Deputado Arnaldo Jordy talvez não saiba, mas a cidade de Belém tem o recorde de público em competições de atletismo em nosso País, no Mangueirão.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Na verdade, o recorde é da América Latina, com pouco mais de 43 mil espectadores na edição do Grande Prêmio Brasil Caixa de Atletismo, o GP Brasil, em Belém, que não existe mais, infelizmente.

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS - É importantíssimo esse registro.

Dr. Ismar, que acompanha a gestão pública no dia a dia, bem como o Sr. Bichara e o Deputado Arnaldo Jordy, com relação à Rede Nacional de Treinamento



de Atletismo, a CBAT esteve de posse, de dezembro de 2016 a março de 2018, de mais de 10 milhões de reais que não foram executados.

O Ministério do Esporte fez o levantamento de que, passado 1 ano e meio, a CBAT executou apenas 30% do que estava disponível em seu caixa para a execução da Rede Nacional de Treinamento.

É inadmissível nós entendermos que um recurso dessa natureza não foi utilizado, sabendo que, nessa época, esse recurso era superior ao que o Ministério dispunha em seu caixa. Por essa razão, o Ministério rescindiu o acordo.

Na verdade, o que aconteceu foi que esse recurso repousou na CBAT de dezembro de 2016 até março de 2018, sob a alegação de que não havia recursos, mas havia 11 milhões de reais a serem executados na Rede Nacional de Treinamento.

Esse recurso foi devolvido com as devidas correções, e o atletismo perdeu muito. Esse projeto era entendido como o maior legado da história do atletismo, um contrato de 26 milhões de reais. É importante que isso fique claro. Esses recursos estavam disponíveis.

Também é necessário destacar que, com relação à gestão da Rede Nacional de Treinamento, nós temos problemas, razão pela qual a ADAB apresentou uma representação ao Ministério Público Federal, bem como a encaminhou ao Tribunal de Contas em relação às contratações, que nós entendemos terem grandes indícios de irregularidade.

Quando eu falava da necessidade de mudar as políticas, uma que gostaria de sugerir é que deve ser abolida a cláusula de confidencialidade para recursos oriundos do Tesouro ou recursos de estatais.

Acontece que, na CBAT, até mesmo num contrato com um restaurante, há uma cláusula de confidencialidade para que não seja publicado. Já fizemos esse pedido ao Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, o Warlindo, e ao Martinho, no sentido de que não se utilize a confidencialidade sob a justificativa de não se dar transparência.

Com relação à colocação do Dr. Ismar, é necessário destacar que a CBAT não pública seus contratos, seus convênios e suas prestações de conta. Isso é inadmissível! Isso contraria a Lei Pelé!



Nós dissemos que a Portaria nº 115, de 2018, do Ministério do Esporte é equivocada. Eu até compreendo que ela avança em algumas coisas, mas a obrigação existe desde 1998, e infelizmente isso não é cumprido. A CBAT simplesmente acha que é algo absolutamente natural. Tenho que deixar isso muito claro.

Só quero concluir com o principal ponto desta audiência pública. Houve um problema seríssimo, que aconteceu no Troféu Brasil de 2014, quando a CBAT fez um convênio no valor de 1 milhão e meio de reais com a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo. Ao fazer sua prestação de contas, apresentou um recibo manuscrito — não é uma nota fiscal — no valor de 555 mil reais, alegando que pagou alimentação e hospedagem para 370 atletas. Isso nunca existiu. Esse documento é fraudulento.

É necessário destacar que essas informações foram divulgadas inicialmente pelo ex-atleta Jadel Gregório, que concedeu uma entrevista ao Blog Olhar Olímpico, escrito pelo jornalista Demétrio Vecchioli.

Ao tomar conhecimento dessa matéria, a ADAB se apropriou dessas informações no sentido de buscar novos esclarecimentos, até que, no dia 8 de janeiro de 2018, nós demos entrada a uma representação no Ministério Público do Estado de São Paulo.

Deixo claro que o papel da ADAB é fortalecer a CBAT, é fortalecer o atletismo, porém é necessário, sim, um choque de gestão.

Citamos como exemplo o que aconteceu no COB. O COB teve uma mudança radical em relação a sua abertura, a sua democratização. Hoje todas as informações contábeis e financeiras estão disponíveis, basta fazer um cadastro para ter acesso. A CBAT não tem isso! Nós já pedimos ao Martinho, CEO da CBAT. Pedimos também ao Presidente Warlindo.

Também gostaria de registrar que a ADAB entende como desrespeito o fato de o Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo não estar aqui. Não obstante ter tomado posse como Presidente no dia 26 de março de 2018, ele já era Vice-Presidente da Confederação há 5 anos.

Entendemos que o Presidente deveria estar aqui em respeito a este Parlamento, em respeito aos atletas, aos dirigentes e principalmente aos Deputados, para debater o tema com a transparência que o assunto merece.



Não basta dar uma entrevista após uma assembleia, alegando que a CBAT será transparente, se isso não se reflete em fatos concretos.

É necessário registrar também que, infelizmente, a CBAT segue fechada, como não deveria ser. No último ofício que a ADAB encaminhou para a CBAT, recebemos como resposta o seguinte:

Assim sendo e nos valendo da credibilidade a nós conferida, contamos que, da parte de V.Sa., nos será permitido tomar conhecimento e nos manifestarmos quanto aos assuntos referentes a esta Confederação, sem que sejamos cobrados por solicitações de atitudes que se justificariam, partindo de membros natos e associados a esta Confederação.

O Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo deve respeitar a Constituição Federal, deve respeitar as leis vigentes em nosso País. Deixo claro que a ADAB não tem nenhuma subordinação à Confederação Brasileira de Atletismo. Nós temos total direito! Somos uma instituição devidamente registrada, com nosso estatuto, como nosso CNPJ. Não admitimos que o Presidente da Confederação diga que não podemos sequer questionar por não fazermos parte da assembleia geral. Isso é inadmissível!

Registro também que foi fundada no dia 10 de março, por amigos nossos, a Associação Brasileira de Atletas do Atletismo. Quero saudar o Presidente Jonathan Riekman, que está nos acompanhando pela Internet, deixando claro que o atletismo mudou. A CBAT tem de ter ciência de que o atletismo mudou. E, por essa razão, a ADAB insistirá em dar voz aos atletas, aos treinadores, aos árbitros, e não pensará duas vezes em judicializar todas essas matérias. É o que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Vou passar às perguntas dos nossos internautas. Peço aos senhores que as anotem.

Joel Oliveira, analista educacional do SESI de São Paulo, pergunta:

Quando fui representante dos atletas, solicitei formalmente, na assembleia, a desvinculação dos orçamentos dos campings, cursos e ações formativas, que



são, todos, apresentados juntos, mesmo sendo ações diametralmente diferentes, e o Presidente, na época, disse que atenderia. Por que isso ainda não ocorreu?

Por que o detalhamento do que será tratado na assembleia extraordinária da CBAT não está explicitado em sua página, já que a entidade diz prezar pela transparência?

Por que os atletas que tiveram seu nome vinculado a uma lista de hospedagem falsa ainda não tiveram nenhum e-mail respondido, nem explicações formais da CBAT?

Essas são as perguntas do Sr. Joel Oliveira, a quem agradecemos pela participação.

O Sr. Jonathan Riekman pergunta:

Sou atleta olímpico do atletismo e gostaria de saber por que a CBAT vai aumentar o peso do voto das Federações no colégio eleitoral em três e manter o peso do representante dos atletas em um? Isso é um absurdo!

Quando a CBAT vai seguir o que determina a Lei Pelé? O Artigo 18-A exige que os dados financeiros sejam publicados (...)

Isso já foi perguntado. Houve uma pergunta anterior sobre a transparência no mesmo sentido.

O Sr. Carlos Fabre Miranda, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pergunta:

Quais pistas das universidades federais estão sendo utilizadas? Acredito que a maioria delas está ociosa.

Gostaria de perguntar também se a Rede Nacional de Treinamento, que teve sua implementação interrompida no início do ano, vai ter algum tipo de encaminhamento ou retomada, com a ideia de criação dos centros locais.

Acho que isso já foi respondido pelo Sr. Martinho.



O Sr. Carlos Miranda pergunta:

Estou atualmente em uma instituição de ensino pública que atende alunos do ensino médio (de 15 a 19 anos), que são os Institutos Federais. Há alguma ação proposta para atender esses atletas e essas entidades?

A última pergunta é:

Como a Confederação poderia incentivar a modalidade a ter algum tipo de crescimento (mais praticantes)? Posso estar enganado, mas acredito que está ocorrendo número de praticantes de maneira geral. A CBAT tem algum dado sobre isso?

Como o nosso tempo está curto, por causa do início da Ordem do Dia, vou passar a palavra ao Sr. Martinho dos Santos. Depois, o Jorge Bichara e a Carmem, se quiserem, ainda poderão fazer considerações. Abriremos a palavra ao Fernando e partiremos para o encerramento das nossas atividades.

Pois não, Sr. Martinho.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Eu vou tentar ser rápido.

Responderei ao Joel, que representa os atletas. Eu o considero um dos melhores representantes, porque, pela primeira vez, nós temos realmente alguém questionando as coisas na assembleia geral, já que eu a secretário há muitos anos.

Essa desvinculação dos orçamentos dos *campings*, na verdade, ocorre porque o projeto, no contrato da Caixa, é o mesmo. O projeto Caixa vincula tudo. Fica vinculado porque está num mesmo programa, mas nós temos esse orçamento e estamos revendo todo o orçamento da CBAT. A ideia é de que, mesmo estando num mesmo programa, cada ação dentro daquele programa tenha seu custo separado. Pretendemos fazer isso, sim.

Sobre o detalhamento da assembleia, a nota oficial está publicada no *site* da CBAT, até por edital, com a ordem do dia. A ordem do dia é constituída basicamente por dois itens: a formalização da mudança da sede para Bragança Paulista, que é o próprio da CBAT; e a adequação do novo estatuto da Confederação à Portaria nº 115, que, em tese — o Wlamir lê melhor do que eu, porque não sou advogado, que é quem



faz isso —, já atenderia a todas aquelas outras demandas. Realizou-se um grande estudo para fazer aquela proposta, de modo que nada ficasse de fora.

Quanto a essa questão dos atletas que tiveram seus nomes vinculados àquela listagem referente ao Troféu Brasil de 2014, na verdade temos uma auditoria externa sobre isso em andamento e uma comissão de inquérito, que tem de se reunir imediatamente — não é, Arnaldo? —, para tomar alguma medida a respeito do assunto. Ao final é que se fará qualquer tipo de comunicado.

É muito bom sabermos que temos agora um marchador presidindo uma associação, Jonathan Riekmann. Estamos trabalhando na questão de pôr os dados financeiros, na íntegra, no *site*. Nós temos uma empresa que nos assessora, e ela não consegue alterar o atual *site* — trata-se de contratação antiga. Estamos estudando trazer uma mais antiga ainda ou, então, contratarmos uma empresa moderna, para imediatamente conseguirmos colocar isso de uma forma ordenada, clara, porque não é só jogar lá, e a pessoa ter de brincar de esconde-esconde para achar a informação. Essa informação tem que aparecer de maneira bem clara e ser de fácil acesso. Estamos trabalhando nisso, e muito rapidamente, para colocar todas as informações, não só as financeiras.

Ele toca aqui na alteração estatutária. A CBAT mandou uma proposta com uma diferença. A Portaria 115 permite que se tenha até seis pesos diferentes em votação. Eu posso estar enganado em relação ao número, mas acredito que sejam seis. A proposta do Presidente da CBAT é de que as Federações tenham peso três; os clubes tenham peso dois; e os representantes, atletas ou pessoas físicas tenham um voto. Na verdade, a mudança em relação à proposta anterior é que as Federações passariam a ter três votos.

Também não podemos esquecer que, e é importante que os atletas entendam, se não houver alguém dirigindo a Federação, correndo atrás de recursos lá no Estado, organizando as coisas, fazendo as coisas, o atletismo não vai brotar da terra, não. O atleta pode treinar, treinar, treinar, mas alguém tem que organizar o campeonato. Para ser organizar um campeonato, existe um custo. Quem vai atrás do dinheiro para cobrir esse custo?

Eu coloco o seguinte: hoje nós temos o patrocínio da Caixa, temos a Lei Agnelo/Piva, que dá uma base fantástica, mas digamos que a Caixa se retirasse do atletismo,



ou que houvesse se retirado. Entendem? Então, não adianta achar que a CBAT é a salvadora da Pátria. Não dá! Nós não podemos fazer formação, iniciação, alto nível, curso, clínica e formar treinador.

Em relação àquela pergunta do Fabre Miranda sobre a redução, esta é uma coisa que temos constatado. Nós temos hoje algo em torno de setenta e tantos mil atletas registrados, e desses, efetivamente, em competição, nós temos 19 mil, o que é até um número maior, porque há alguns anos ele estava em torno de 10 mil. São aqueles que estão inscritos por algum clube, ou seja, são aqueles que realmente estão competindo. O Arnaldo está nesses 70 mil, a Magnolia está nesses 70 mil e acho que até o Wlamir está nessa contagem de 70 mil registrados.

Isto é preocupante, porque nós olhamos os nossos milhões e milhões de habitantes e só temos 19 mil praticantes, o que é nada para se conseguir fazer um grande atleta. Pensamos em ter um campeão olímpico, mas um campeão olímpico é sempre uma pessoa excepcional. Um medalhista olímpico, um atleta internacional não surge todos os dias, não vamos encontrar 40 deles ali na esquina. Vamos treinar milhares, talvez, mil, 2 mil, 3 mil, para conseguirmos ter um.

Então, é uma equação da qual sabemos, e temos que tentar revertê-la. Para isso, precisamos, todo mundo junto, chegar a esse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Martinho.

Concedo a palavra ao Prof. Fernando Franco Ferreira.

O SR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - Boa tarde.

Obrigado pelo convite.

Eu queria dizer, aproveitando a última afirmação do Martinho, que todos nós aqui fazemos parte da população brasileira, mas não somos atletas. Eu me baseio numa população de possíveis atletas, que são os alunos, estudantes de 12 a 17 anos. Nas escolas do Brasil há aproximadamente 35 milhões de possíveis atletas. O que é feito com essas crianças nas escolas do Brasil? Nada.

Nas faculdades de Educação Física estão formando professores para academias. Como se desenvolve o esporte num país com faculdades, que são mais de 2 mil, se não me engano, que formam professores para academias, zumba, “bumba” e essas coisas malucas que não levam a lugar nenhum? Então, fica difícil.



Eu vou apresentar um trabalho para os senhores sobre a longevidade dos recordes brasileiros, uma coisinha mais *light* em relação ao assunto que foi colocado aqui. É um trabalho que faço já há alguns anos — o Martinho já me conhece de longa data. Temos alguns recordes que já vão completar algumas décadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

O dos 100 metros vai fazer 30 anos; o dos 200 metros vai fazer 19 anos; o dos 400 metros masculino também vai fazer 19 anos. O recorde nos 110 metros com barreiras vai fazer 14 anos. Nas barreiras, em 2005 ou 2006, nós tínhamos 3 atletas entre os 20 melhores do mundo nos 100 metros; hoje, não temos ninguém entre os 30 melhores.

Quero parabenizar duas atletas que estão presentes aqui e que vão aparecer depois.

Nos 400 metros com barreiras, o recorde do Eronildes vai fazer 23 anos, e no 4x100 e no 4x4 os recordes estão para fazer 20 anos. O recorde do 4x4 eu acho que vai ser muito difícil de ser ultrapassado, porque os atletas de hoje não fazem o que os atletas faziam na década de 80, quando foi batido o recorde.

Nos 400 metros, feminino — está aqui do meu lado a recordista —, o recorde já vai fazer 28 anos agora no dia 21 de agosto, e eu acredito que ele ainda vá durar mais alguns anos, porque a nossa melhor corredora nos 400 metros hoje tem 36 anos de idade. As jovens que vão aos mundiais não conseguem ir para frente. Como diz o Prof. Paulo, não há continuidade no trabalho dos atletas.

Nos 400 metros com barreira feminino o recorde já tem 9 anos. O recorde no 4x4 feminino está com 7 anos e também vai levar mais algum tempo para ser ultrapassado.

A conclusão é que está difícil, porque os atletas de hoje não fazem o que os atletas que bateram seus recordes faziam quando seus recordes foram estabelecidos.

Na corrida de fundo, o recorde nos 800 metros do Joaquim Cruz permanece há 34 anos e também vai durar mais algum tempinho. Nos 1,5 mil metros, o recorde, de um atleta de Brasília, já tem 13 anos. Nos 5 mil, o recorde, também de um atleta de Brasília, junto com o recorde nos 10 mil metros, também de Brasília, perduram.



Hoje os atletas de 3 mil metros com obstáculos não fazem os resultados que seu treinador fazia na década de 80. Então, eu acredito que o recorde vá durar mais alguns anos.

Nos 800 metros feminino, o recorde é de 1994. As nossas atletas hoje fazem a prova em uma base de 2,5 e de 2,7 minutos e não temos nenhuma com perspectiva de fazê-la abaixo de 2 minutos, mas pode ser que eu esteja errado. Nos 1,5 mil metros e 3 mil metros feminino também é assim.

O recorde nos 10 mil metros feminino, cuja atleta também está presente aqui, vai durar algum tempo, porque as atletas hoje aos 18 anos não fazem o que a Carmem fazia na década de 80 aos 18 anos. Então, eu acho complicado esses recordes serem ultrapassados, em que pese hoje o volume de dinheiro que existe para o atleta, através do Bolsa Atleta. O Bolsa Atleta, de 2005 a 2016, deu para os atletas 49 milhões de reais. Onde estão os resultados?

Estou terminando. No salto em altura masculino, o recorde já tem 10 anos. O recorde no salto em distância também vai para frente, porque os saltos não passam de 7,8 ou de 8 metros. O salto triplo nem se comenta, porque está complicado. O recorde no salto em altura feminino vai completar no ano que vem 30 anos. No salto em distância feminino, o recorde também já dura.

As provas de salto com vara são provas que vão demorar alguns anos para serem ultrapassadas. No salto com vara feminino, durante 10 anos não houve nenhum trabalho para que, na hora em que a Fabiana se aposentasse, houvesse uma substituta. Nos 3 mil metros com obstáculo também não há ninguém, porque as atletas de hoje não estão fazendo resultados bons.

No arremesso de disco masculino não há nenhum atleta hoje no Brasil que faça o que o Ronald fazia aos 18, 19 anos. No lançamento de dardos apresenta-se a mesma coisa e vai demorar algum tempo.

Então, eu acredito que vá demorar até que alguns recordes brasileiros sejam ultrapassados, em que pese, volto a dizer, a quantidade de dinheiro que gira para o atleta brasileiro.

Muito obrigado e me coloco à disposição para mais alguma dúvida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor traz em números todo o sistema que está de cabeça para baixo. Há alguma coisa muito errada nisso — muito errada!

O SR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Os resultados regrediram em relação aos investimentos.

Vamos ouvir agora o medalhista olímpico André Domingos. Ele não veio, mas está em áudio. Vamos ouvi-lo.

(Segue-se participação por telefone.)

O SR. ANDRÉ DOMINGOS - Boa tarde a todos!

É um prazer imenso participar desta audiência. Eu acho que ela é muito relevante, importante para o esporte nacional em se tratando do atletismo. Peço desculpas por não poder estar aí presente. Tive um problema com a minha ida e acabei perdendo o voo. Mas estou aqui muito lisonjeado em poder participar desta audiência.

Eu tenho algumas colocações a fazer, que, no meu entender, são muito importantes. Nós atletas medalhistas olímpicos sabemos de todas as dificuldades para conseguir um parceiro que nos apoie. Quantas vezes os medalhistas olímpicos tiveram que ir até Brasília atrás de recursos para fazer com que a Confederação funcionasse?!

Sabemos que uma confederação só existe por conta dos atletas. Ela existe justamente por conta dos atletas. Não existe projeto que funcione sem atleta. Não existe Federação sem a existência do atleta. Então, eu costumo dizer que esses personagens são os grandes protagonistas. E o que estou tentando passar para vocês dessa visão que tenho? Acho que os medalhistas olímpicos poderiam ser muito mais aproveitados no sentido de contribuição para uma federação.

Hoje ganhamos um mérito muito grande, que começou pelo atletismo, que foi o direito ao voto. Todos os medalhistas olímpicos tiveram direito ao voto, tiveram o direito de atuar, de escolher. Mas eu acho que poderíamos ir muito mais longe no sentido de contribuir com a entidade, de podermos participar na elaboração de projetos, na área administrativa, ajudar a Confederação a pensar como um mecanismo só. Acho que a nossa participação vai agregar muito.



Eu acho que é relevante, sim, votarmos, apoiarmos as questões da Confederação, mas precisamos ir além. Temos que pegar esses protagonistas do esporte que tanto fizeram pelas cores da bandeira do Brasil, aproveitar essa galera que lutou por tantos anos e conquistou medalhas olímpicas e em mundiais também, aproveitar a ideia de cada um e colocar dentro da Confederação, trazer esses atletas para contribuir, para ajudar.

A visibilidade da Confederação vai melhorar 100% em todos os aspectos, em todos os sentidos. Vários países hoje fazem isso. Vários países hoje têm essa ideologia, e funciona, dá certo.

Eu acho que o nosso Presidente, o Warlindo Carneiro, é uma pessoa muito competente. É uma pessoa que tem a visão para frente. Ele nos ouve bastante, e eu tenho certeza absoluta de que ele vai acatar isso, porque é para melhoria do nosso esporte.

Entendemos que a Confederação Brasileira não é uma entidade para cuidar de esporte de base. Sabemos disso. Ela está lá para cuidar do esporte de alto rendimento. Mas eu também entendo que ela pode ter um pequeno braço na base. É óbvio que ela tem muitos compromissos com o alto rendimento, mas eu acho que ela pode ter um pequeno braço na base, apoiando esses professores que estão nos confins deste Brasil.

Agora, essa parcela maior para a base tem que vir do Governo. Não adianta quisermos colocar a responsabilidade de cuidar da base em cima de uma confederação. Não é função dela fazer isso. Nós temos que fazer o quê? Temos que chamar todos os professores, todas as Federações e conversar. Vamos colocar o esporte na escola. De que forma colocamos o esporte na escola? Vamos colocar os esportes olímpicos lá. Mas resolve só colocar os esportes olímpicos, se não estruturarmos essas escolas? Como é que o professor que está lá vai conseguir passar aquilo que aprendeu, se não há estrutura? Eu não estou dizendo para colocar uma pista de atletismo dentro de uma escola; eu não estou pedindo para colocar três, quatro quadras. Não é isso. Coloca uma pista de 60 metros com três raias; coloca uma quadra com tatame; coloca uma piscina pequena, para o professor conseguir capacitar a criança que está lá.

Eu deixo essa sugestão.



Vários países já fazem isso. Por que o Brasil não pode ter essa ideologia, essa mentalidade? Tantos países têm feito isso, e tem dado certo. É muito fácil falarmos dos Estados Unidos. Eles são recordistas em conquista de medalhas. Mas por quê? Se observarmos uma criança de 5 anos lá, veremos que ela está praticando esporte. Lá há apoio, incentivo.

Sem sombra de dúvida, o Brasil é uma potência olímpica — é uma potência olímpica! —, porém, na minha visão, é uma potência olímpica adormecida. Precisamos acordá-lo. Precisamos despertar essa potência olímpica. De que forma? Colocando os esportes dentro da escola; capacitando os nossos professores; colocando-os para fazer cursos; pegando os renomados técnicos que temos no Brasil e, junto com esses atletas que conquistaram medalha olímpica, levando-os a incentivar a molecada, incentivar o professor — mas incentivar num local já estruturado, com uma pista de atletismo, com uma piscina, com uma quadra coberta.

Essa é a visão que temos.

Falamos, falamos, falamos, mas parece que nada acontece. Se não começarmos a mudar a nossa mentalidade, vai entrar ciclo olímpico, vai sair ciclo olímpico, e nós vamos estar sempre na mesma conversa, sempre no mesmo assunto. O objetivo e a obrigação da Confederação é cuidar do esporte de alto rendimento. O esporte de base recebe outra leitura, é direcionado para outros órgãos, e, no meu entender, é para ele que o Governo deveria olhar com carinho, porque, enquanto ele não fizer isso, gente, vai aumentar a criminalidade, vamos ver as crianças na rua, vamos ver as crianças no semáforo (*falha na gravação*).

Eu acho que precisamos abrir a cabeça para isso e aproveitar esses atletas que fizeram história. Uma confederação só existe porque existem atletas. Patrocinadores só investem porque existem atletas de renome.

Fica aqui a minha contribuição, a minha sugestão para que nós consigamos avançar. Não haverá reconquista de medalhas olímpicas, se não começarmos a investir na base, como esse professor acabou de falar um tempo atrás. Ele está aí. Quanto ele luta, quanto ele sofre para poder ajudar as crianças dele. Mas, se não houver um respaldo, um apoio para isso, se as universidades não forem chamadas para participar dessa ideia, com a concessão de bolsa (*falha na gravação*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, André.



Queria agradecer a participação do André, que está nos acompanhando pelo Portal e-Democracia. Lamentamos ele ter tido problema e perdido o voo, mas valeu pela participação.

Vamos abrir a palavra brevemente para lacônicos comentários, porque já estamos em cima da hora. Falará primeiro a Maria Figueiredo, que tinha feito o pedido, e depois o Prof. Fernando e o Arnaldo. Aí voltaremos aos nossos convidados da Mesa.

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Realmente farei minhas considerações finais, depois de escutar todos os nossos amigos.

Deixo um pedido à Comissão para que reveja essa situação e abra um diálogo com o Ministério do Esporte sobre essa questão dos centros de treinamento, já que os recursos foram devolvidos. Peço que, se possível, seja assegurado o que tinha sido acordado anteriormente.

Outro pedido é justamente para que a Comissão também abra um diálogo com a Comissão de Educação e com o Ministério da Educação, para que tenhamos de volta o Programa Atleta na Escola. Sabemos que tudo começa na escola, já que não temos uma estrutura de clubes que defendam, promovam e desenvolvam o esporte, principalmente o atletismo. Então, fica aqui o pedido.

Quanto à Confederação, quero dizer, como ex-atleta, atual dirigente de Federação e, de modo especial, cidadã, que sou contra todo e qualquer mecanismo que faça usufruto de recursos públicos principalmente. A minha Confederação neste momento já está sendo auditada por uma empresa externa, e eu sou a favor de que isso ocorra não somente nela, mas em todas as outras em que houver denúncia que aponte a possibilidade de esses atos terem sido cometidos. Que elas sejam investigadas mesmo. E, caso venha a se provar que realmente foram cometidos atos ilícitos, que as pessoas paguem de forma proporcional ao que fizeram.

Então, sou a favor de que isso aconteça não somente em nossa Confederação, mas em toda e qualquer entidade, esportiva ou não. Esses recursos são nossos também, e contribuímos para que eles sejam investidos, e não para que sejam gastos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Professor Fernando, o senhor tem a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - Gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite para participar desta Comissão e de fazer um comentário.



O André Domingos, em 1999, teve o segundo melhor resultado de todos os tempos nos 100 metros, 10:06, coisa que nenhum atleta hoje consegue fazer, mesmo com todos os recursos que tem, com o conhecimento que tem do desenvolvimento do treinamento de atletismo, pista, sapato e outras coisas mais.

A Magnolia comentou sobre o Atleta na Escola. Já comentei com o Deputado várias vezes. Participaram desse projeto do Ministério da Educação e do Ministério do Esporte 43 mil escolas, envolvendo 8 milhões de alunos, praticamente 20% do universo de escolas no Brasil — o Brasil tem 149 mil escolas e 35 milhões de alunos.

Volto a avisar que não vejo como desenvolver esporte com as faculdades de Educação Física...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na última versão do Atleta na Escola, não chegou a 3 milhões o número de alunos participantes.

O SR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - Participando, mas o público-alvo foram 8 milhões. Eu cuidava dessa parte de números no Ministério do Esporte.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer outro tipo de informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Professor Arnaldo.

O SR. ARNALDO OLIVEIRA - Boa tarde novamente.

Faço minhas as palavras da Maria Magnolia sobre a necessidade de se investigarem todas as denúncias que existem não só no atletismo, mas em todo o esporte.

Eu solicito, Martinho, que a Confederação reveja essa questão da alteração do Estatuto.

Nós medalhistas olímpicos gostaríamos de não entrar em votações, porque já pertencemos à assembleia, e não seria justo esses 15 medalhistas olímpicos saírem para serem votados. A sugestão que eu faço e que levaremos também ao Presidente Warlindo é que esses 15 medalhistas olímpicos continuem e que sejam abertas mais 9 vagas, que seria um terço dos 27 presidentes de Federações. Nós já temos o Henrique e, no caso, seriam mais 8 vagas. Eu acho que isso seria justo, porque haveria um maior equilíbrio dentro de poderes, já que temos pesos de votos diferentes.



Uma coisa muito importante que eu gostaria de citar aqui — que estamos falando, mas poucos estão lembrando — é que nós estamos falando muito de centros, de denúncias, mas temos que estar atentos ao nosso planejamento estratégico, no que diz respeito às competições, aos *camps*, à preparação dos nossos atletas. Isso é muito importante, e no dia da assembleia o Professor George falou muito rapidamente sobre o tema, porque, até então, havia outros muito mais complicados, mas acho de suma importância a realização de *camps* para todas as áreas — não só para a parte da velocidade, mas para fundo, saltos, revezamento, marcha atlética, porque temos que oferecer aos atletas de todas as modalidades condições de igualdade para disputarem medalhas, e não dar ênfase só à modalidade que, no momento, está apresentando resultado. De repente, aquela modalidade, naquele momento, está apresentando resultado, mas há outra que está crescendo e precisa ter os mesmos direitos, a mesma quantidade de *camps* realizados, para que nós consigamos, no futuro, não depender só de uma modalidade, mas contar com todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vlamir, você tem a palavra, rapidamente, por favor.

O SR. WLAMIR MOTTA CAMPOS - Queria agradecer e também corroborar o que a Magnolia disse. O pedido da ADAB é no sentido de que a CBAAt efetivamente conclua esses inquéritos administrativos — que inclusive foram propostos pela ADAB numa reunião que nós tivemos na CBAAt no dia 13 de abril. Hoje faz 2 meses.

Pedimos que se conclua e que não sejam utilizados recursos da CBAAt, recursos públicos ou recursos de patrocínio para pagar advogados ou qualquer tipo de indenização, como a Magnolia deixou muito claro. Essas pessoas devem ser responsabilizadas, tantas quantas sejam identificadas. A ADAB exigirá isso.

Registramos também que amanhã é um dia histórico no atletismo nacional. Hoje se encerra o prazo para que a Federação Paulista de Atletismo faça a convocação de uma assembleia geral ordinária. Caso não aconteça, amanhã ela será convocada pelos clubes. Os clubes do Estado de São Paulo, utilizando-se da Lei Pelé e do Código Civil, farão a convocação de uma assembleia extraordinária. Amanhã, sairá essa publicação, caso o Presidente Mauro Chekin não a faça hoje.

Na Federação Paulista também existem várias denúncias de irregularidades. A ADAB também apresentou uma representação ao Ministério Público do Estado de São



Paulo. O Presidente Mauro Chekin hoje responde a esse inquérito civil. Ele não fez prestação de contas neste ano e não fez assembleia geral.

Para que vocês tenham ideia de como nós temos que mudar a cultura, na eleição do Presidente da Federação Paulista, ele era ao mesmo tempo o Presidente da Federação, o candidato à reeleição e o Presidente da Comissão Eleitoral. Isso é absurdo; isso é uma prática ilegal; e não pode em hipótese alguma perdurar.

Então, saúdo aqui os clubes do Estado de São Paulo, em especial o SESI, que foi o primeiro clube a puxar esse debate.

Agradeço ao Dr. Heraldo Panhoca, advogado do SESI que foi um dos autores da Lei Pelé e trabalhou nesse processo todo.

Então, espero que isso aconteça e que sirva de exemplo para todo o nosso atletismo.

No mais, muito obrigado, Deputado Jordy. Agradeço aos Parlamentares e a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Carmem de Oliveira, para suas considerações.

A SRA. CARMEM DE OLIVEIRA - Obrigada, Deputado Arnaldo. Agradeço muito a oportunidade de participar desta reunião.

A minha fala aqui vai para os nossos atletas.

Atletas, não adianta ficar no seu clube dizendo: *“Alguém vai me defender no meu clube, na minha Federação e na Confederação”*. Essa cadeia toda é composta de você. Participe! Você precisa tomar ciência das coisas que estão acontecendo em seu nome.

Nós denunciemos e falamos que a Confederação estaria tomando decisões importantes. Quando o Presidente da Confederação chega a uma assembleia, ele vai em seu nome. O Presidente que está ali vai dizer o que você deseja. E isso, pelo que nós estamos vendo, não tem acontecido. Você não tem se sentido representado.

Eu gostaria de deixar para o Martinho a seguinte reflexão: as Federações não chegam a receber nem 10% do que é movimentado dentro do orçamento da nossa Confederação. Nós dizemos isso há muitos anos. Quando eu presidia, eu questionava isso: nem 5%. Esse campeonato que o Deputado Arnaldo citou, que é o Meeting, recebe mais recursos do que todas as 27 de Federações juntas.



Então, atletas, quando nós questionamos quanto de recursos há para essa base, quanto há para o fomento, é porque nós não temos recursos nenhum para esse fomento. O presidente de uma Federação, se ele bem sabe, treme na base quando aumenta a participação, porque ali ele verá mais árbitros para fazer a competição, mais dias, e não existe recurso suficiente para esse tipo de evento. E aí existem essas queixas.

Então, os atletas, muitas vezes, precisam provocar o seu clube; eles precisam olhar e impulsionar a sua Federação, para que ela, quando vá até uma assembleia, vá em seu nome e diga: *“Não aceito a política que está sendo posta”*.

E agora eu vou deixar aqui um recado — que não é maldoso, porque eu sou bastante educada: vocês, presidentes de Federações, comeram mosca. Deixaram essa gestão por 6 anos, com a aprovação perfeita, linda. Eu li a ata de algumas assembleias: *“aprovada por unanimidade”*. E as prestações de contas hoje estão sendo questionadas pela ADAB e estão sendo levantadas pelo Wlamir.

Então, presidentes de Federações, presidentes de clubes, houve omissão. Por que não chamaram uma assembleia geral? No regimento do conselho fiscal está bem claro que se pode, a qualquer momento, chamar uma assembleia geral. Por que não usaram essas ferramentas no momento em que as denúncias estavam sendo ventiladas? Deixaram a nossa instituição sangrar por longos meses.

E eu agradeço a esta Comissão, especialmente na pessoa de Lindberg, porque nós estávamos aqui num feriado, a Comissão ainda não tinha sido formada, e eu lhe pedi por favor que nos ajudasse a dar luz a uma situação que nós estávamos vivendo.

E vou também chamar atenção, isto é, puxar a orelha, dos nossos atletas olímpicos, que têm a prerrogativa e o poder de chamar uma assembleia a qualquer momento, dizendo: *“Não aceito o que está sendo posto”*. Desde novembro, estavam sendo ventiladas as denúncias. Poderiam ter chamado; devem chamar. Se vocês representam a nós, atletas, naquele momento deveriam ter dito: *“Vamos chamar uma assembleia. Vamos ouvir desse Presidente as denúncias, que precisamos esclarecer”*.

Nesse sentido, gostaria muito que nós tomemos essa nossa responsabilidade para provocar esse sistema. O sistema que nós temos hoje é permissivo. Antes de vir para cá, eu entrei no *site* para ver se entendia as informações que estão ali. Não temos



as informações, e já vão passando 6 meses do momento em que essa gestão disse que deveria mudar.

Nós temos o Martinho, que já está conosco desde a gestão Gesta. No momento em que se passaram todas essas etapas, não foi construído nada, nem um instrumental que pudesse deixar essa transparência e a clareza de aonde nós vamos chegar. Cadê? Então, saia agora.

E, vejam, eu vou deixar bem claro que o Toninho entrou com a indicação e a honraria de Gesta. Não houve a apresentação de uma proposta. A fala foi: *“Esse homem me substituirá”*. E foi o voto de todos os presidentes que hoje estão acompanhando esse desmonte da nossa Confederação.

Chega uma hora, senhores, que nós temos que sentar e dizer: *“Fomos culpados por essa gestão e somos culpados por este nosso momento que o atletismo está vivendo”*.

Está na hora, Presidente, de você olhar para o seu clube e dizer que quer outra instituição. Os dados que foram postos pelo Fernando Franco aqui são bem claros: não existe crescimento; não existe projeto; não existe proposta para essa mudança.

Aqui, então, a Carmem só tem a dizer: *“Acordemos! Vamos nos unir!”*. Muitos que se sentam ali, nas suas Federações, estão fazendo carreira — uma carreira demorada. Eu conheço pessoas que estão há 15 anos sentadas ali. Representando quem? Quando você olha para trás e diz: *“Eu represento a Federação do Distrito Federal”*, você tem que convocar e chamar os seus clubes, e eles têm que sentir você como o representante dos seus pares. E isso não acontece. Nós estamos com representantes que estão ali fazendo carreira.

E eu vou deixar bem claro, já para finalizar, que eu me lembro de, nas denúncias, ter visto que, só para pagar servidores, funcionários que estão hoje na Confederação e mais alguns dirigentes, nós temos um orçamento maior do que o que se distribui para as 27 instituições, as Confederações que nós temos. Eu não sei o orçamento exato, mas lembro-me dessa informação. Aí, nós temos pessoas ganhando 37 mil — não sei; talvez nesse desconto tenha saído isso; nós temos os presidentes, os vice-presidentes etc. enquanto isso, um professor de uma universidade federal ganha 15 mil, se for doutor — 15 mil reais, repito. É isso o que



nós temos. Mas, nessa estrutura do esporte, nós vamos ver que os salários querem se equiparar a não sei o quê.

Então, acordemos! Lá na ponta, os que estão hoje acompanhando os presidentes de Federações são, parece, voluntários.

Outra coisa, para encerrar, realmente: os clubes que participam de alguns projetos não têm ingerência no seu Estado. A decisão já sai lá de cima, lá do Olimpo, com contato direto com os clubes, e as Federações praticamente nem são consultadas acerca das decisões dos clubes que estão sendo apoiados, dos projetos que estão sendo apoiados.

Eu deixo aqui este meu recado e agradeço imensamente a esta Comissão. Quero, sim, o Ministério Público; quero, sim, o Tribunal de Contas lado a lado. Mas que cheguem a tempo, porque o que nós estamos vendo é que o Tribunal de Contas vem depois.

A fala do Wlamir foi muito boa: que se segure a tempo! Dê clareza, peça, mas exija que todos os punidos sejam presos!

Eu quero transparência. Eu quero entrar no *site* da CBAat e saber exatamente quanto ganha cada membro; quero saber o quanto é investido nos rincões do Goiás; quero saber se essa política que está sendo posta é a política que, de fato, trará crescimento para a nossa modalidade.

Eu me sinto envergonhada de segurar um recorde há 23 anos. Se isso existe, é porque não existe uma política clara de crescimento na modalidade.

Essas são minhas palavras. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Carmem.

Segundo o Fernando, tão cedo não será quebrado esse recorde.

A SRA. CARMEM DE OLIVEIRA - Que pena!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Passo a palavra ao Jorge.

OSR. FERNANDO FRANCO FERREIRA - Eu ia colocar uma tabelinha da evolução do recorde por década, de 1960 para cá, mas, pelo adiantado da hora, não será possível. Depois eu mostro para o senhor pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, querido.

O SR. JORGE BICHARA - Deputado Arnaldo, eu vou ser rápido nas minhas colocações.



Eu concordo com muitas coisas que a Carmem colocou agora e eu acho que fazem sentido neste momento por que estamos passando. Mas, também, tendo passado por várias entidades esportivas ao longo da minha vida, eu vejo que a Federação estadual é uma entidade extremamente importante para o desenvolvimento da modalidade. Obviamente, ela tem que cumprir regras de governança, ela tem que ter uma capacitação de seus gestores, mas ela é responsável por uma parte especialmente importante. Por exemplo, algumas alternativas que aconteceram agora, com a CBC, de ela propiciar aos clubes a organização de eventos, são decorrência da falência de uma parte muito importante desse sistema.

Eu pude presenciar, ao longo do tempo, quando trabalhei em Federação, o apoio que as Secretarias de Estado ofereciam às Federações Estaduais. E isso acabou. Então, essas revisões que estão sendo feitas — a discussão de PL, a alteração da Lei Piva — e as questões relacionadas ao fortalecimento das Federações Estaduais não podem ser deixadas de lado, porque têm um papel muito importante. As regras e as leis estão aí, têm que ser cumpridas, e devem ser punidos os que as elas não se submeteram ou não conseguiram cumpri-las.

Só para finalizar, a solução desse problema não é de uma entidade só. Não vai ser o COB, nem a Confederação, nem as Federações o responsável, sozinho, pela solução. Cada um vai dar sua contribuição para um sistema que hoje está doente, a fim de saná-lo e ajudá-lo a sair deste momento pelo qual está passando.

Eu trabalho na fase final e com um número muito pequeno de atletas. A forma de aumentar esse número não parte só de uma política do COB, mas de uma política nacional, onde tenhamos mais pessoas praticando qualquer atividade física, para que, depois, elas venham a ingressar em qualquer modalidade esportiva e possam exercer a atividade em que tenham potencial e capacidade de se desenvolver. Aí, sim, vamos aumentar o número de atletas de alto rendimento. Salvo isso, o nosso número vai continuar sendo reduzido as nossas chances de medalhas continuarão sendo escassas — elas que são conquistadas por heróis que conseguem enfrentar as dificuldades e os vários competidores do seu nível internacionalmente.

Por fim, quero agradecer a oportunidade e colocar o COB à disposição. Sempre que convidado, estará presente.



Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Jorge.

Com a palavra o Martinho, para suas considerações finais.

O SR. MARTINHO NOBRE DOS SANTOS - Acho que foi importante esta participação e aproveito para agradecer ao Arnaldo, pois sei daquele movimento em prol do meu nome — até para a Presidência da Confederação eu fui lançado. Mas eu gostaria de dizer que uma pessoa só não faz nada sozinho. Se vocês não lutarem junto, não vai adiantar nada. *“Ah, agora, o salvador da Pátria chegou e vai resolver todos os problemas”*. Não há como fazer isso.

A Carmem tocou num ponto que é fundamental para mim: as Federações são inoperantes. É caro que há exceções, mas isso ocorre com a grande maioria delas. Eu fui Presidente da Federação do Paraná, de onde saí em 1990, Carmem, e ainda tem gente que era Presidente naquela época e que ainda está no poder. E, no Estado, não houve aumento nem de cinco atletas! Então, ela tem razão.

Quanto à questão do GP, eu vou falar do problema que existe. Nós temos um patrocínio, que é *marketing* e retorno de *marketing*. A Caixa faria cinco GPs com o dinheiro total do patrocínio e não daria 1 centavo a mais para a Federação, porque o GP dá retorno para a marca dela: o GP aparece na televisão; tem transmissão ao vivo. A Federação não dá esse retorno. Essa é uma lei do mercado. Não temos como escapar disso.

Esse projeto foi colocado no patrocínio da Caixa contra a vontade dela, lá atrás. As pessoas é que não sabem disso.

Por exemplo, hoje, nós repassamos o dinheiro para as Federações, e elas têm que ter governança. Mas a Federação não presta contas daquela ajuda. Se ela não prestar contas, nós também não prestaremos contas da parcela da Confederação na Caixa. Isso vai levar à glosa do patrocínio da Confederação, e todo mundo vai ficar sem dinheiro, porque a Caixa não vai repassar a próxima parcela, até que isso seja sanado.

As pessoas têm que entender que as Federações têm que buscar caminhos nos seus Estados. Se a CBAAt puder aumentar a ajuda, ela sempre vai aumentá-la. E esse programa foi incluído, como eu disse, no seu início contra a vontade da Caixa. Só para vocês terem ideia, por causa desses episódios, a Caixa cobra agora cada



vírgula, cada detalhe do contrato que nós firmamos. E em todos eles vem a ameaça. E a ameaça é a seguinte: multa de 1% do valor global do contrato, que são 600 mil reais — porque é o valor global de 4 anos; não é o valor global deste ano. Se uma Federação não prestar contas, talvez tenhamos de pagar uma multa de 600 mil. Se o documento de um atleta não está em ordem — e os heróis olímpicos agora têm uma nova sistemática de conta na Caixa —, nós ficamos com esse risco. Então, temos que administrar isso tudo. Mas o ponto fundamental é esse.

Eu fui presidente de Federação numa época em que não se tinha absolutamente nada, e as Federações faziam 500% a mais do que fazem hoje.

Embora eu não tenha saído da CBAAt — como a Carmem disse, eu aparecia pontualmente para fazer a ata das assembleias, porque não havia pessoas muito capacitadas para isso —, na verdade, eu já não estava, desde a gestão anterior, assumindo qualquer função executiva. Primeiro, eu estava fora por causa dos Jogos Olímpicos e, depois, por causa de Bragança Paulista. Mas foi uma decisão do Presidente, que eu respeitei.

No mais, quero me colocar à disposição. Os senhores sabem que é só me procurar. Vou até conversar com o Wlamir depois e pedir que me mande por escrito tudo o que ele disse. É muita coisa!

É preciso, Wlamir, que você me mande no meu *e-mail*, por favor, para eu ir atrás. Assim, ou eu vou lhe dizer que não vou fazer — você me conhece —, ou eu vou fazer. O que acontece é que muitas vezes vocês mandam as informações para o presidente, e elas se perdem um pouco dentro da Confederação. O presidente recebe e não repassa.

Estamos discutindo sobre o outro lado, e há muitas mudanças ao mesmo tempo — até o dia 26, temos que terminar dois inquéritos administrativos dos quais eu, o Arnaldo e mais duas pessoas fazemos parte. Portanto, nós temos muito trabalho pela frente. E o trabalho só vai dar certo se os senhores nos ajudarem a torná-lo positivo. Se passarmos o resto dos nossos dias tendo que dar explicação a todo momento...

As coisas estão sendo feitas, mas não andam na velocidade que queremos. Nem o País anda na velocidade que queremos! Nós vemos como são as coisas. Para mudar algo neste País, precisamos de anos.

Era o que tinha a dizer.



Agradeço aos senhores e ao Deputado pela oportunidade. Isso não deixa de ser uma oportunidade. Para nós, é importante ouvir as pessoas — e eu concordo que a Confederação estava muito afastada dessas decisões. O Warlindo tem uma política de porta aberta. Se qualquer um dos senhores chegar lá, em tese, ele estará pronto para atender. O Wlamir não concorda muito, mas aí estão as diferenças. Ele está tentando fazer isso.

O Warlindo foi Secretário-Executivo de Esportes da cidade de Recife, mas ainda está pegando o traquejo da Confederação. Embora tenha sido vice-presidente, ele, como todo vice-presidente, ficava bem longe do presidente e não interferia.

Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço aos senhores.

Contamos com todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Martinho.

Antes de encerrar, eu queria só manifestar minha satisfação de tê-los todos aqui e de ter proporcionado este debate.

Acho que o objetivo da audiência pública foi alcançado plenamente.

A patologia que os senhores viveram — espero que a conjugação do verbo seja no passado — não é específica. Nós temos um modelo que está absolutamente superado. Não há como voltarmos. E acho que estamos vivendo no País um momento de revisão geral — de tudo.

Esse modelo gera deformações e prostrações generalizadas, o que leva ao sentido inverso do padrão olímpico, do país olímpico ou do sentimento olímpico, que é de superação, de vitória, de desafios.

Nós estamos vivendo um momento de prostração geral no País, de depressão, por conta de tudo isso, da Lava-Jato etc. E o esporte não está alheio a essa circunstância.

A nossa querida Presidente Magnolia foi muito delicada ao dizer que é avessa à corrupção, mas, lamentavelmente, a grande maioria das nossas Confederações estão envolvidas em corrupção. Este modelo propicia, entre outras mazelas, a corrupção. Basta pegarem o relatório do Tribunal de Contas.

Eu não tenho autoridade, mas, por conhecer o Ismar e pela quantidade de horas de debate que nós já tivemos nesta Comissão com o Tribunal de Contas da União e com a Controladoria-Geral da União, sei que ele pode passar um brevíssimo



relatório que vai revelar que aquilo que, para nós, no início, alguns anos atrás, era exceção e virou regra. O Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos foi preso. O Presidente do COB foi preso. O Presidente da Confederação Brasileira de Taekwondo foi preso. De 11 Confederações que, por amostragem e sorteio, foram investigadas pela CGU e pelo TCU, 10 foram denunciadas por improbidade, por roubo. De 11, foram denunciadas 10 — foi por amostragem e sorteio; ninguém escolheu.

Então, isso era um padrão. E, quando se diz que o padrão de governança está errado, é preciso mudar. O controle social e a transparência não existem e é preciso haver. Quanto à gestão compartilhada, vamos encontrar resistências, é claro, porque isso denuncia as apropriações, que geram, como consequência, os mandatos de 30 anos, vitalícios.

Esse era o padrão do COB. Vamos aqui jogar o português claro: esse era o padrão do COB. Por que o Tribunal de Contas da União não conseguia fazer auditoria e investigação das contas do COB? Porque o Comitê não tinha controle interno a quem esses órgãos de controle pudessem se reportar, até para fazer uma avaliação. Se eu estiver errado, o Ismar que me corrija. Não havia controle interno no Comitê Olímpico Brasileiro! E esse padrão era copiado pelas Confederações, inclusive nas intenções, nos objetivos a serem alcançados. Por isso há essa quantidade de denúncias, de prisões.

O Prof. Fernando citou a questão da base: escola e clube. Em qualquer lugar, qualquer país olímpico que esta Comissão já visitou, para investigar como funcionavam — Austrália, Canadá, Estados Unidos, Rússia, China, Nova Zelândia —, isso são coisas muito comuns entre eles. Clube e escola são a base de tudo.

Nós não temos isso! O principal programa a que o Prof. Fernando estava se referindo, que envolve hoje quase 38 milhões de jovens em idade de prática de esporte nas escolas, de 12 a 17 anos, segundo dados recentes, atualizados pelo Ministério — eram 8 milhões, mas, na última versão, não chegou a 3 milhões esse número — custava 70 milhões, 80 milhões de reais.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Custava 65 milhões de reais.



Isso é um oitavo do que o Pedro Barusco, Diretor de quarto escalão da PETROBRAS, devolveu para o Sergio Moro em troca de uma delação premiada. Foram 97 milhões de dólares, eu sempre digo isso. Um diretor de quarto escalão de uma estatal brasileira devolveu, de corrupção sacada da empresa, oito vezes mais do que o maior programa de prática esportiva na escola do Brasil.

Isso é uma vergonha! Isso está de cabeça para baixo! Com esse padrão, nós não vamos ser País olímpico nunca, infelizmente — infelizmente! Estão aí os números! Eu estou citando alguns que nós temos investigado por aí! Vai passar o papelão que o Nuzman passou: anuncia não sei quantas medalhas olímpicas e não chega perto; anuncia não sei quantos ódios e não chega perto; anuncia uma classificação para o Brasil no *ranking* olímpico e não chega perto.

O carnaval foi maravilhoso — as mulatas, as escolas de samba, o efeito pirotécnico encantador —, mas o resultado, absolutamente aquém do prometido. E vá comparar com o que foi superfaturado. Vejam os padrões de gastos nas Olimpíadas! Nós precisamos rever isso tudo.

Nós estamos mudando a lei. O nosso papel aqui, o desta Comissão, é legislativo. Precisamos do apoio dos senhores todos, dos homens e mulheres de bem, que estão compreendendo a necessidade de mudar isso, de sepultar esse passado, para que nós possamos respirar um pouco melhor e projetar um planejamento que seja minimamente factível na inversão desses pilares.

Nós estamos mudando. Por exemplo: aqui nós temos a atual participação no colégio eleitoral da conferência. Sessenta e um por cento dos votos são das Federações. Não vai mudar, gente, se continuar assim! O principal ator de qualquer modalidade é o atleta. Pode haver desempenho sem Deputado? Pode. Sem cartola? Pode. Sem não sei o quê? Pode. Mas sem atleta, não. Não tem jeito.

Nós estamos mudando o art. 18-A da Lei Pelé para estabelecer... É claro que cada Confederação tem um perfil: algumas têm árbitro, outras não precisam de árbitro, mas ninguém, nenhum segmento, isoladamente, pode ter mais do que 40%, muito menos 60% ou 68%, como está proposto na nova formatação. Vai propor 68%? Quase 70% da representação num colégio eleitoral de 120 membros na mão das Federações? Ah! Isso aí é coisa de quem não quer mudança alguma, sinceramente! Não tem como haver mudança com 68% de representação dos votos na mão das



Federações! Então, este discurso nosso aqui é para inglês ver! Na verdade, falando muito francamente, não tem como raciocinar diferente vendo esses números aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas é preciso ponderar com o Presidente. *“Presidente, olhe lá o que o senhor vai fazer. O senhor está aí para reproduzir o status quo que deu afastamento, que deu cadeia, que deu denúncia, que deu página policial, ou o senhor está querendo construir uma nova história?”*. É claro! De forma muito franca.

Nós estamos estabelecendo na lei o percentual mínimo de 10% e o máximo de 40%, porque, aí, você estabelece um equilíbrio, e o debate do planejamento das ideias, das propostas dos protagonistas vai se realizar — e as maiorias vão se realizar — pelo convencimento, e não pelo jogo preestabelecido dos acertos com base na cara do freguês.

Era assim que funcionava isso, e é por isso que essas estruturas não se arejavam. Que presidente de Federação lá do Estado do Pará ousaria contrariar um presidente de uma Confederação? Ele não conseguiria apoio para realizar uma competição, se não fosse subalterno. Tinha que ser vassalo; tinha que ser servil.

Se nós não mudarmos a estrutura disso, vamos mudar apenas os personagens, e o enredo vai continuar o mesmo! Faço essas ponderações a partir do que nós temos recolhido de experiência.

É claro que qualquer mudança que façamos, daqui a uns anos, vai ter que ser aprimorada, porque a vida é assim. Mas nós não podemos fazer um discurso de mudança e reproduzir a estrutura que é o objeto da nossa crítica, porque fica meio hipócrita — desculpem o termo pesado, está certo?

Nós cumprimos com o nosso objetivo, que era suscitar este debate.

Quero agradecer aos internautas que participaram e desejar sucesso a todos nessa nova empreitada.

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Sr. Presidente, um momento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Eu vou só complementar algo que Carmem disse.



Eu ainda estou Presidente, assim como ela já esteve Presidente. Eu entendo que o meu estatuto é muito claro quanto às minhas obrigações. Felizmente, nós temos certa independência. Então, pelo menos a Federação de Atletismo pode dizer que, se vier alguma ajuda do Governo Federal, através da Confederação, será bem aceita, mas nós somos autônomos. E isso implica o fato de nós não termos recursos e nem termos ido atrás de recursos do Município, nem do Estado, nem do Governo Federal, o que, por sua vez, nos dá autonomia para realizar como nós queremos — dentro da licitude — e para não nos curvamos a determinadas situações. É justamente por agir assim que nós somos independentes.

E eu não me envergonho de até hoje ser recordista dos 400 metros — há 28 anos sou recordista. Eu não acho que isso acontece por causa de um erro do sistema ou do formato que hoje existe. Eu acho que talvez nenhum atleta ainda tenha feito o que eu fiz para conquistar o recorde.

Eu acho que nós precisamos, sim, analisar o porquê de isso estar acontecendo. Eu não posso transferir a responsabilidade disso para uma política instituída hoje pelo Governo Estadual, nem pelo Governo Federal, nem pelo Governo Municipal. Mas há o compromisso de desenvolver aquele que se propõe a ser treinador — que, infelizmente, ainda não é reconhecido como profissional. Hoje nós não temos o profissional reconhecido, contratado como treinador, infelizmente. Isso afasta a maior parte dos profissionais que se formam. Se eles não têm mercado, como é que eles vão se...

Acho que nós precisamos pensar sobre isso. Nós temos que analisar isso, sim.

Eu não me envergonho de ainda ser detentora do recorde, porque eu sei o que fiz para, até hoje, ele permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Mas eu...

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Acho que as atletas estão treinando? Sim. Não sei o que elas fizeram nas condições que eu tive para, até hoje, ser recordista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro.

Eu agradeço. Obrigado.



A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Eu deixo minhas considerações, porque eu não tenho obrigação com os meus filiados. E, por isso mesmo, eu não penso que é obrigação da confederação me manter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro.

A SRA. MARIA MAGNOLIA SOUZA FIGUEIREDO - Porque eu também não quero que os clubes repassem isso para mim. Mas eu tenho certeza de que, na federação do Rio Grande do Norte, eu represento, mesmo. Eles se sentem representados por mim.

Eu queria deixar essas considerações, até para esclarecer um pouco mais a partir do que a Carmem falou — até considero, mas, no caso específico, eu tenho como me defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Magnolia. Eu agradeço.

Eu entendo que seja assim: quando o Prof. Fernando faz esse rosário de recordes de 15, de 10, de 20, de 30 anos, o lamento é no sentido de que nós não temos a dinâmica da superação, que é natural do esporte — o recorde da natação, do atleta do futebol, seja o atleta individual, seja o coletivo. Hoje os tempos são outros — os recursos de avaliação, de medição dos componentes químicos, as condições de treinamento. Eu visitei o Maria Lenk. Quem o conhece e conhece outros centros de treinamento de alto rendimento no mundo... Há 30 anos, não havia esse conjunto de recursos.

Quando se analisa um conjunto expressivo de recordes de um segmento como o atletismo — não é só o seu, ou o dela, mas de todos os que o Agostinho citou e mais os que ele não citou; isso vai ficar para a próxima, Fernando e me desculpe não ser agora, porque não dá tempo; ele vai citar na próxima audiência pública —, realmente dá uma tristeza de não ter superado.

É claro que você tem todos os méritos, todos os atletas têm todos os méritos de terem feito o orgulho nacional que foram para todos nós, brasileiros, mas eu entendo que, nesse sentido da superação, é a lei do esporte, é a lei do atleta.

Agradeço a presença de todos mais uma vez. A nossa audiência não é democracia.

O SR. PAULO CÉSAR DA COSTA - Posso agradecer? Quero só agradecer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. Seja rapidinho, porque já deu o tempo lá no plenário.

O SR. PAULO CÉSAR DA COSTA - Arnaldo Jordy, eu só quero agradecer este momento importante. A resposta sobre os recordes, depois eu dou ao Fernando. É bem fácil responder. Eu acho que o atletismo, a partir deste momento, deve crescer bastante. Espero que cresça bastante e que nós consigamos ter um avanço muito grande.

Eu quero agradecer-lhe imensamente pelo convite e por dar algumas coisas para que o atletismo cresça bastante. Eu recebi várias mensagens e várias perguntas aqui. Algumas perguntas eu vou responder ao Fernando, porque eu tenho as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bem, querido.

Obrigado, Paulo.

Está encerrada a reunião.